

José Paulo Lopes Azevedo

**O Divórcio como Dinâmica Intergeracional:
Estudo Teórico-Prático numa Amostra de Casados e Divorciados**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

José Paulo Lopes Azevedo

**O Divórcio como Dinâmica Intergeracional:
Estudo Teórico-Prático numa Amostra de Casados e Divorciados**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

José Paulo Lopes Azevedo

**O Divórcio como Dinâmica Intergeracional:
Estudo Teórico-Prático numa Amostra de Casados e Divorciados**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde
sob orientação do Prof. Francisco Sampaio Gomes

Resumo

A dinâmica intergeracional do divórcio é um fenómeno actual que se caracteriza pelo aumento significativo do risco de divórcio entre filhos de divorciados. Partindo de uma visão sistémica do desenvolvimento sócio-emocional do indivíduo, o presente trabalho começou por rever as características das uniões conjugais e os factores que podem desencadear ou influenciar a experiência de uma ruptura conjugal. A tradição de pesquisa dos factores intergeracionais do divórcio ora examina as consequências económicas e sociais decorrentes do divórcio parental (i.e., numa perspectiva sociológica), ora estuda a dimensão genética e ambiental de traços propensos ao divórcio (i.e., numa perspectiva psicobiológica). O presente trabalho propôs-se explorar estas variáveis. Em particular, pretendeu-se avaliar o contributo da vinculação no adulto enquanto factor de risco psicobiológico para o divórcio, pois diversos estudos apontam a sua influência na qualidade das relações conjugais. Para o efeito, conduziu-se uma investigação transversal de uma amostra de 120 participantes, estratificados por estado civil e estado civil dos pais. Através de um protocolo auto-administrado, foi recolhida informação sócio-demográfica, avaliada a importância dos principais motivos de divórcio, e completada a Escala de Vinculação do Adulto (EVA; Canavarro, 1999). Estudou-se o efeito da estratificação da amostra na idade de casamento e do primeiro emprego, nos níveis de conflito percebidos na relação parental e na relação conjugal, nas pontuações da EVA obtidas para cada padrão de vinculação do adulto, e na importância atribuída aos principais motivos de divórcio. Foram ainda exploradas as associações entre a importância atribuída aos motivos de divórcio avaliados e os níveis de conflito conjugal e parental. Finalmente, uma análise discriminante permitiu identificar as variáveis mais “preditoras” da situação conjugal dos sujeitos. Os resultados são discutidos à luz dos dados empíricos actuais que indicam influências intergeracionais nos repertórios relacionais dos cônjuges, particularmente durante situações de conflito conjugal. O presente trabalho encerra enumerando as conclusões empíricas do estudo, assim como as suas maiores limitações, apontando desse modo sugestões metodológicas para estudos futuros a implementar nesta área de interface entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Familiar e Conjugal.

Abstract

The intergenerational dynamics of divorce is a current phenomenon characterized by a significantly increased risk of divorce among the children of divorcées. From a systemic focus on the individual's social and emotional development, this work started by reviewing the features of marriage and the factors that may trigger or determine the experience of a marital rupture. The usual research on the intergenerational determinants of divorce, either examines the social and economic consequences of parental divorce (i.e., within a sociological perspective), or studies both the genetic and the environmental dimensions of divorce-prone traits (i.e., within a psychobiological perspective). The present work sought to explore these factors. Particularly, it intended to assess adult attachment contribution to divorce as a psychobiological risk factor, because several studies indicate its influence in the quality of marital relationships. For this purpose, a cross-sectional study was conducted with a sample of 120 participants, stratified by marital status and parental marital status. Through a self-administered protocol, participants reported social and demographic data, assessed the importance of the foremost known causes for divorce, and completed the Portuguese version of "The Adult Attachment Scale" (EVA; Canavarro, 1999). The effect of sample stratification was studied for the following variables: age at marriage, age at the first job, parents' marital conflict, marital conflict, EVA scores for each adult attachment pattern, and the scores for each of the main causes of divorce. Furthermore, correlations between the scores for the causes of divorce and the levels of both parents' and participants' marital conflict were determined for the whole sample. Finally, a discriminant analysis allowed pinpointing the variables with the highest predictive power regarding participants' marital status. The results are discussed considering empirical evidence of intergenerational influences on the spouses' interpersonal behaviours, particularly during marital conflict episodes. The present work ends by listing the key conclusions of the study together with its major shortcomings, thereby providing some methodological suggestions for coming studies to be run in this field, intertwining Developmental, Family and Marital Psychology.

Agradecimentos

Ao Prof. Francisco Sampaio Gomes que sempre se demonstrou disponível na orientação deste trabalho, e me apoiou, exigindo serenamente o essencial: que me superasse.

À Prof^a. Doutora Cristina Canavarro (Universidade de Coimbra), pela amabilidade com que autorizou e orientou a utilização da Escala de Vinculação do Adulto, durante a presente investigação.

À minha actual companheira de jornada que me incentivou, e apoiou com muito amor, nos momentos mais difíceis da conclusão deste trabalho.

Às minhas filhas que, sem se aperceberem, foram sempre uma fonte inspiradora de orgulho e alegria para mim.

A todos os amigos, colegas, e à vida, que tem vindo a ombrear a minha impertinência de ser estudante.

O meu grato reconhecimento.

Índice

		Página
	Introdução	1
CAPÍTULO I	Casamentos, uniões e escolhas conjugais	3
	1.1 As motivações da escolha conjugal	3
	1.2 Casais e tipologias de casamento	5
	1.3 Aspectos sistémicos das uniões conjugais	8
CAPÍTULO II	Concomitantes da ruptura conjugal e do divórcio	11
	2.1. A experiência de ruptura conjugal	11
	2.2. Factores desencadeantes de divórcio	12
	2.3. Etapas desenvolvimentais de um processo de divórcio	14
	2.4. Perspectivas sobre a tipologia de divórcio	16
	2.5. A ameaça de ruptura conjugal: crise ou oportunidade	17
CAPÍTULO III	A dinâmica intergeracional do divórcio	20
	3.1. Transmissão intergeracional de dinâmicas relacionais	20
	3.2. Evidências de transmissão intergeracional do divórcio	21
	3.3. Perspectiva sociológica de transmissão intergeracional do divórcio	25
	3.3.1 <i>Hipóteses de custos versus benefícios sociais</i>	25
	3.3.2 <i>Hipóteses de privação sócio-económica</i>	26
	3.4. Perspectiva psicobiológica de transmissão intergeracional do divórcio	27
	3.4.1 <i>Hipóteses de modelagem e sociabilização</i>	27
	3.4.2 <i>Hipóteses de herança de traços temperamentais e de personalidade</i>	30
	3.5. A vinculação no estudo da transmissão intergeracional do divórcio	31
	3.5.1 <i>Conceito de vinculação no desenvolvimento</i>	31
	3.5.2 <i>Padrões de vinculação no desenvolvimento</i>	32
	3.5.3 <i>Influência da vinculação na relação conjugal</i>	32
	3.5.4 <i>A vinculação como factor de transmissão intergeracional do divórcio</i>	34
CAPÍTULO IV	Objectivos, variáveis e hipóteses	36
	4.1. Objectivos	36
	4.2. Variáveis	37
	4.2.1 <i>Variáveis independentes</i>	37
	4.2.2 <i>Variáveis dependentes</i>	38
	4.3. Hipóteses	39
CAPÍTULO V	Material e método	40
	5.1. Participantes	40
	5.2. Instrumentos	42
	5.2.1 <i>Questionário Sócio-demográfico</i>	42
	5.2.2 <i>Escala de Vinculação do Adulto (EVA)</i>	42
	5.3. Procedimentos	43
	5.4. Procedimentos de análise estatística	43
CAPÍTULO VI	Resultados e discussão	45
CAPÍTULO VII	Principais conclusões e limitações	61
	<i>Bibliografia</i>	66

Índice de Quadros

		Página
QUADRO 1	Características sócio-demográficas dos participantes (N=120)	41
QUADRO 2	Análise de variância da idade de casamento dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais (N=120).	45
QUADRO 3	Análise de variância da idade do primeiro emprego dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais (N=120).	46
QUADRO 4	Análise de variância da percepção do nível de conflito parental dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais (N=120).	47
QUADRO 5	Análise de co-variância da percepção do nível de conflito conjugal dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais (N=120).	48
QUADRO 6	Análise de co-variância do padrão ansioso de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.	50
QUADRO 7	Análise de co-variância do padrão seguro de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.	50
QUADRO 8	Análise de co-variância do padrão evitante de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.	51
QUADRO 9	Coefficientes de correlação entre os itens da Escala de Motivos de Divórcio e os níveis de conflito conjugal e parental na amostra total.	54
QUADRO 10	Resultados das ANOVA e ANCOVA (itens “insegurança” e “questões económicas”) dos motivos de divórcio consoante o estado civil dos participantes e o dos seus pais.	55
QUADRO 11	Análise de função discriminante dos participantes casados versus divorciados.	59
QUADRO 12	Classificação dos participantes (casados <i>versus</i> divorciados) segundo a função discriminante obtida.	59

Índice de Anexos

ANEXO 1	Questionário sócio-demográfico e Escala de Motivos de Divórcio
ANEXO 2	Escala de Vinculação do Adulto (EVA)

Introdução

O funcionamento psíquico individual é modelado pelas experiências relacionais que o indivíduo estabelece ao longo da vida. As experiências mais precoces associadas ao temperamento individual eventualmente influenciam a qualidade das interações interpessoais futuras (Siegel, 1999).

Os padrões de comunicação interpessoal na vida adulta derivam da maturação deste repertório comunicacional, e influenciam aspectos afectivos como a escolha do parceiro, e as motivações para uma união afectiva. Noutras palavras, o estilo comunicacional, as atribuições e as expectativas relacionais das díades conjugais têm origem nos padrões temperamentais e experiências precoces (e.g., vinculação) do indivíduo enquanto criança e adolescente, os quais condicionarão assim a qualidade das relações afectivas.

As rupturas conjugais, e concretamente o divórcio, são fenómenos cada vez mais prevalentes na sociedade actual. Os vários factores de risco que para ele contribuem têm sido equacionados segundo uma hipótese intergeracional, dado que os filhos de divorciados possuem um risco significativamente superior de se divorciarem (Dronkers & Härkönen, 2008).

Alguns autores da corrente sociológica (Dronkers & Härkönen, 2008; Wolfinger, 2005) acreditam que as consequências sócio-económicas do divórcio dos pais explicam o divórcio dos filhos. Como exemplo, o casamento em idade precoce é um factor de risco para divórcio; simultaneamente é uma das frequentes consequências do divórcio dos progenitores, por múltiplas razões (Wolfinger, 2005).

Outros autores de uma tradição mais psicobiológica (Jockin, McGue, & Lykken, 1996; McGue & Lykken, 1992) defendem que o risco para o divórcio resulta da herança de traços de personalidade e de temperamento, que na vida adulta propiciarão atitudes que irão destabilizar a união conjugal. Na última década, os avanços empíricos das neurociências produziram dados que indirectamente sustentam esta perspectiva: estudos de neuroimagem têm delineado circuitos cerebrais subjacentes ao “amor romântico”, à

atração sexual, à luxúria e promiscuidade, ao apego (vinculação) materno e conjugal (Fisher, Aron, & Brown, 2006). Embora sejam ainda escassas as comparações genéticas ao nível do estudo do divórcio, são múltiplas as evidências da transmissão genética de variáveis de temperamento e personalidade (Siegel, 1999).

O presente trabalho pretende rever alguns factores de risco no divórcio. Este estudo empírico de carácter exploratório recorre uma amostra de conveniência de 120 adultos (77 casados, 43 divorciados; 61 homens, 59 mulheres; idade média de 41 anos). No primeiro capítulo são revistas as motivações das uniões conjugais na actualidade que determinam as tipologias mais frequentes de casamento. O segundo capítulo discute as experiências e as consequências da ruptura conjugal. São revistos os seus principais factores causais e descritas algumas etapas desenvolvimentais do processo de ruptura. São ainda abordadas as diversas tipologias de divórcio segundo uma perspectiva sistémica e comunicacional. O terceiro capítulo foca especificamente a dinâmica intergeracional das relações na família e do divórcio. São descritos os principais contributos das perspectivas sociológica e psicobiológica, acima referidas. São ainda apresentadas evidências empíricas que sugerem a influência dos padrões de vinculação no fenómeno. Deste modo, este capítulo fornecerá uma síntese conceptual, justificando o interesse das variáveis em estudo e introduzindo o leitor à investigação empírica implementada. O quarto capítulo resume os objectivos, variáveis e hipóteses do estudo. No capítulo quinto é apresentada a metodologia (participantes, instrumentos e procedimentos). O sexto capítulo testa as diversas hipóteses e apresenta os resultados, discutindo-os à luz dos conhecimentos actuais sobre a temática. Finalmente, no sétimo capítulo são sumariadas as conclusões e as limitações do estudo. São ainda sugeridos aspectos de interesse para investigações futuras.

Capítulo I

Casamentos, uniões e escolhas conjugais

1.1 As motivações da escolha conjugal

Que motivações existem na constituição de um casal? Robin Skynner, quando confrontado com essa questão, responde que as pessoas se casam simplesmente porque estão apaixonadas (Skinner & Cleese, 1990). Tal resposta, porém, parece insuficiente. Segundo vários autores (Buss, 2000; Geary, Vigil, & Byrd-Craven, 2004; Gleitman, 1999; Relvas, 2000), o adulto humano inicia uma relação conjugal por múltiplas razões, incluindo necessidades afectivas, sexuais, de segurança, reprodutivas, entre outras. Aspectos de cariz cultural e social condicionam o que supostamente seria uma decisão individual: por exemplo, o casamento foi durante muitas décadas uma escolha dos pais dos noivos (Costa, 1994).

O amor é uma motivação comum para a união conjugal. Ele conservou sempre algo de misterioso, sendo redutor explicá-lo através de uma teoria científica (e.g., Sternberg, 1986). Os aspectos que um determinado indivíduo considera fascinantes e sedutores num parceiro são frequentemente um produto de elementos não conscientes (Relvas, 1996). A este nível, os autores psicodinâmicos referem frequentemente influências de origem edipiana nos aspectos eróticos do amor ligados à idealização do objecto amado, à sedução, e ao desejo de conquista (Lacan, 1987). Segundo estes autores, o indivíduo constrói uma representação (em grande parte inconsciente) do amor e do objecto amado a partir da experiência afectiva que estabelece com a figura parental do sexo oposto (Lacan, 1987; Laplanche, 1997). Após a resolução do complexo de Édipo, subsistem características “amadas” respeitantes ao “bom objecto” edipiano, mas agora despidas da pulsão libidinosa face ao progenitor (Dolto, 1999; Laplanche, 1997). Na vida adulta, certas características do companheiro imitariam de uma forma mais ou menos evidente, as da figura parental do sexo oposto, da qual a criança teve de “desistir” durante a fase

edípiana enquanto objecto de amor exclusivo (Freud, 1972). No entanto, é pouco claro como é que as vivências autobiográficas do amor, naturalmente complexas, motivam a selecção de parceiro e a união conjugal.

A procura de satisfação das necessidades de atenção, segurança e desejo erótico, evidencia-se na adolescência. As pulsões sexuais que a criança tinha conhecido durante a fase edípiana, reemergem de forma mais evidente e concreta (Berger, 1998). Homens e mulheres experimentam na relação amorosa, para além da satisfação sexual, sensações infantis que a presença e o afecto do outro fazem despoletar, situadas entre o físico e o mental, como o cheiro e o calor do contacto com a pele ou mesmo o beijo (Fisher, 1992). Intuitivamente, são procuradas características no companheiro que possam sustentar o seu projecto de relação (Skinner & Cleese, 1990).

John Alan Lee (1973), autor da corrente sociológica, pretendeu sistematizar as motivações individuais subjacentes ao amor. Partindo da literatura e filosofia de antigas civilizações (particularmente a grega), sugeriu que o amor teria seis motivações ou “cores”, *eros* (paixão, amor sensual), *ludus* (diversão), *storge* (afeição instintiva), *pragma* (sentido prático), *mania* (amor obsessivo e possessivo), e *agape* (altruísmo). Nas décadas seguintes, (Hendrick & Hendrick, 1986) exploraram e desenvolveram os trabalhos de Lee (1973, 1988), conceptualizando o amor como o resultado de três estilos primários (*eros*, *ludus*, e *storge*) que se combinariam na produção dos estilos secundários de amor.

De modo semelhante, Robert Sternberg (1986) propôs uma tipologia do amor que resulta da interacção de três componentes básicos. Conhecida como a teoria triangular do amor, compreende em cada vértice, respectivamente, a intimidade, a paixão, e o compromisso, e defende que o relacionamento ideal (“*consummate love*”) resulta da dinâmica de todas as componentes. Esta dinâmica explicaria as várias formas de amor: entre outras, o amor romântico, por exemplo, resultaria da combinação da ligação emocional propiciada pela intimidade com a activação fisiológica propiciada pela paixão; o amor vazio resultaria apenas do compromisso, e seria típico em uniões fabricadas ou em relações já desgastadas; já o companheirismo seria uma forma de

amor não-apaixonada, mas frequente em uniões duradoiras devido a sentimentos de forte compromisso e afeição (Sternberg, 1986).

Na sociedade actual, a escolha de um parceiro conjugal é um processo complexo. Alarcão (2000) defende que os sujeitos prosseguem uniões conjugais essencialmente por questões de gratificação pessoal. Neste sentido, cada elemento do casal aspira a compensações afectivas. A escolha do parceiro conjugal parece não ser fruto do acaso (Relvas, 1996). Certos autores acreditam que os indivíduos que julgam casar-se por amor estão apenas a satisfazer necessidades inconscientes de segurança e aprovação (Fernandes, 2000). Também para Skinner e Cleese (1990) essa escolha tem por base processos psicológicos inconscientes que propiciam a continuidade da trama familiar. A relação conjugal preenche necessidades de suporte, segurança, protecção, intimidade, carinho, comunicação, estabilidade e sexo. A procura da “alma gémea” de um companheiro pode ser vista como busca do ser que nos completa (Relvas, 2000). Apesar do casamento legal ser hoje menos frequente, os casais são mais exigentes ao nível da qualidade relacional (Relvas & Alarcão, 2002). A união conjugal é encarada como uma forma de viver mantendo um espaço de liberdade e criatividade (Gameiro, 2001).

1.2 Casais e tipologias de casamento

Na união conjugal o homem deixa a sua família de origem para coabitar e viver em comum com outra pessoa (Gleitman, 1999). O casamento, porém, tem sofrido uma alteração gradual, levando à necessidade de se reequacionar o conceito de “casal” (Relvas & Alarcão, 2002). Definir “casal” na actualidade não é fácil, pois pode assumir múltiplas formas. O número de pessoas que opta por viver em união de facto em vez de casamento contratual é cada vez maior. Igualmente, definir “casal” através do critério de durabilidade da união não parece adequado pois são elevados os números de separações e divórcios, tendo aumentado mesmo nos casamentos tradicionais. Definir “casal” pelo género dos parceiros, também não parece fazer sentido por existirem actualmente casais homossexuais legalizados. “Casal” e “casamento” possuem actualmente um vasto sentido, onde se inclui o casamento tradicional e outras formas de união (Relvas, 2000).

O presente trabalho não faz distinção entre casamento religioso, civil, união de facto ou outro. O estudo centra-se nas relações afectivas *per se* e nos factores de quebra dessas

mesmas relações, e não no estudo sociológico do casamento. “Casal” deve-se entender como “par”, independentemente de condicionantes sociais, culturais, religiosas, legais ou políticas. Segundo Gameiro (2001) um casal surge quando dois indivíduos se comprometem numa relação que pretendem duradoira. Segundo este autor, o casamento fornece o contexto privilegiado para uma vivência amorosa, deixando de fazer sentido quando o amor desaparece. O compromisso é também a característica central do casamento para Alarcão (2000), para quem a união de dois indivíduos assinala um compromisso prescindível de legalização.

Outros autores oferecem uma visão mais alargada do casamento, mais organicista e sistémica, ao proporem que o casal é um “ser vivo” com história e personalidade própria para além da personalidade de cada um dos seus membros (Relvas 2000). Neste sentido, Caillé (1991 cit in Relvas & Alarcão, 2002) refere que “quando um casal acontece, passam a ser três, a individualidade de cada membro conjugal e o sistema interactivo entre o par e o mundo”. Para Benoit (1988 cit in Relvas, 2000) o par não é meramente uma díade, pois para além da identidade dos seus intervenientes, o casal possui uma identidade própria e uma forma de se relacionar tanto interna como externamente.

Autores como Roussel (1989) procuraram caracterizar os elementos que regem as uniões conjugais e o casamento na tentativa de reconhecerem padrões de funcionamento transversais às sociedades ocidentais. A tipologia de Roussel (1989) permite distinguir quatro tipos de casamento:

1. O casamento “tradicional”, típico de indivíduos que perfilham valores fundados na família como instituição, possuindo estes um valor fundamental nas suas vidas, e correspondendo por inerência a uma baixa taxa de divórcio.
2. O casamento “aliança”, em que os indivíduos vêem o casamento fundado num quadro de solidariedade afectiva e no qual se regem não só pelos valores institucionais mas também pelos da própria relação; neste tipo, o divórcio só se verifica no caso de uma ocorrência ou falta grave.

3. O casamento “fusão”, que descreve indivíduos para quem o casamento é uma mera formalidade cómoda, assentando a relação, essencialmente, na solidariedade afectiva.

4. O casamento “associação”, que caracteriza indivíduos que consideram o casamento como um contrato privado cuja finalidade é o de maximizar as gratificações de cada parceiro; caso o divórcio ocorra, é tratado como um simples problema pessoal privado.

Torres (1996) categoriza a conjugalidade em três padrões de referência: o casamento institucional, o casamento fusional e o casamento associativo. Esta tipologia assenta em características próprias quanto às formas estruturais e ao conteúdo relacional. No tipo “institucional” os sujeitos investem no casamento como um meio privilegiado de obtenção de felicidade e realização pessoal. O papel materno representa uma componente fundamental nessa relação. Para as mulheres deste grupo, o casamento reveste-se de um investimento simbólico afectivo e material totalizador, como componente decisiva na construção das suas identidades individuais e sociais. No tipo “fusional” os sujeitos apresentam características de insistência na exclusividade e perenidade do laço conjugal, a escolha do modo da relação privilegia o “nós, casal”, em detrimento do “eu, individual”. No casamento “associativo” os sujeitos são na sua maioria mais jovens, e a troca relacional afectiva possui o valor mais elevado. É porém neste grupo, segundo a autora, que surgem as taxas mais elevadas de divórcio, pelo compromisso se tornar mais permeável aos conflitos e crises conjugais (Torres, 1996).

Como se referiu, com a formação do casal constitui-se uma nova família. Cria-se um novo sentimento de pertença, em que o indivíduo reformula os vínculos à família de origem. Os membros da família necessitam de aprender a lidar com estas novas regras e níveis de relacionamento (Alarcão, 2000).

Menezes (1989, p.53) descreve a família como “ (...) instituição social, contexto de primordial importância no desenvolvimento humano, núcleo por excelência da vinculação, coesão e interdependência mútua, promotora de sentimentos de separação e de autonomia.”. Já para Gameiro (1992, p.38) “A família é uma rede complexa de

relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas (...). A simples descrição de família não chega para traduzir a riqueza e a complexidade relacional da sua estrutura”.

Em termos comunicacionais, o casamento representa o nascimento de uma nova entidade com padrões transaccionais próprios, que na concepção sistémica se denomina “família nuclear” (Relvas, 1996). Com o par conjugal nasce assim uma nova relação de base, um núcleo fundamental para o estabelecimento de uma família, a qual, para além de um contrato social mais ou menos tácito, passa a incluir um contrato psicológico e funcional próprio (Relvas & Alarcão, 2002).

1.3 Aspectos sistémicos das uniões conjugais

O estudo das uniões conjugais no contexto da história da família recebeu particular atenção nos anos que se seguiram à IIª Guerra Mundial. Alguns sociólogos como Reuben Hill (1949) e Evelyn Duvall (1957) foram impulsionadores do estudo longitudinal das famílias visando o desenvolvimento de estratégias de educação parental e familiar. Desta forma, o estudo sistemático do ciclo vital da família ficou conhecido como a teoria do desenvolvimento familiar.

Posteriormente, alguns autores (Glick, 1977; Rodgers, 1973) refinaram os aspectos metodológicos subjacentes a esta teoria, enquanto outros, de tradição antropológica (Bateson, 1978) e clínica (Barnhill, 1979; Haley, 1967), enriqueceram o estudo do desenvolvimento das famílias com a análise dos seus processos comunicacionais.

Uma relação conjugal implica a herança de aspectos comunicacionais da família de origem, os quais operam para manter a continuidade da família (Costa, 1994). Em termos sistémicos, as experiências na família de origem modelam o adulto ao nível social (Alarcão, 2000), e sabe-se que as relações parentais ou fraternas influenciam o estilo comunicacional do adulto na relação conjugal (Sabatelli & Bartle-Haring, 2003).

Em termos sociológicos, não é recente o estudo da transmissão de valores familiares tradicionais e do seu impacto na constituição de novos casais (Lévi-Strauss, 1949). No entanto, foi a partir dos anos 80 que passaram a ser identificados padrões ou regularidades de transmissão intergeracional de valores e atitudes (Kramer, 1985), e

estudadas de forma sistemática e longitudinal as suas implicações na saúde e estabilidade dos indivíduos, famílias, e comunidades (Bar-On *et al.*, 1998; Schneiderman & Barrera, 2009).

Actualmente reconhece-se que o casamento veicula estilos relacionais e valores da família de origem através dos estilos de resolução de conflitos e das competências interpessoais dos cônjuges (Cui, Durtschi, Donnellan, Lorenz, & Conger, 2010; Schneiderman & Barrera, 2009), variáveis que serão testemunhadas pelos filhos durante o seu crescimento, e eventualmente perpetuadas nas gerações seguintes.

A união conjugal não é indiferente a esta dinâmica comunicacional, nem às mudanças que ocorrem na estrutura da família ao longo do ciclo vital (McGoldrick & Carter, 2001). Desde a formação do casal, ocorre uma sequência previsível de transformações no sistema familiar em função de tarefas desenvolvimentais que se impõem à família. Relvas (1996), assinala cinco etapas no ciclo vital da família:

1. Formação do casal
2. Família com filhos pequenos
3. Família com filhos na escola
4. Família com filhos adolescentes
5. Família com filhos adultos

Nesta concepção, a vida do casal é regida por dois factores fundamentais: o tempo e a mudança. Estes são importantes para o desenvolvimento da vida relacional e individual de cada um dos seus membros. O tempo surge associado às tarefas de desenvolvimento da família assim como à passagem das respectivas fases do ciclo vital, de modo processual e não meramente cronológico (McGoldrick & Carter, 2001). Nestes momentos estruturantes desenrolam-se diferentes papéis e posicionamentos, e a necessidade de mudança é também acompanhada da possibilidade de crescimento perante momentos de crise relacional (Relvas, 1996).

Deste modo, a vida familiar evolui numa progressão de momentos relacionais. Ao gerar um novo sistema, o casamento delinea novos contornos comunicacionais, quer verbais como não-verbais, que Minuchin (1990) referiu como padrões transaccionais. Essas permutas cognitivas, comportamentais e afectivas, que se estabelecem na família,

desenvolvem-se como subsistemas (Minuchin & Fishman, 1981; Alarcão, 2000). Segundo estes autores, quatro subsistemas podem ser identificados:

Individual – Constituído pelo indivíduo e suas interações familiares e sociais;

Conjugal – Constituído essencialmente pelo relacionamento entre o casal;

Parental – Constituído pelas funções e interações parentais;

Fraternal – Constituído pelas relações entre irmãos e a posição na fratria.

Em cada subsistema os indivíduos treinam novas formas de relacionamento e padrões de comunicação. No entanto, cada sujeito possui uma capacidade auto-organizativa que regula as suas interações relacionais (McGoldrick & Carter, 2001). Essa capacidade contribui para o equilíbrio e autonomia dos membros da família perante as interações entre forças relacionais, tanto internas como externas ao sistema familiar.

As interações familiares podem assumir múltiplas formas. O tipo e qualidade de relacionamento dos seus membros depende em grande medida da qualidade comunicacional no núcleo familiar (Alarcão, 2000). Quando existe uma boa comunicação no sistema familiar, é favorecida a capacidade auto-organizativa do indivíduo (Rothbaum, Rosen, Ujii, & Uchida, 2002). Pelo contrário, quando a comunicação é inconsistente ou disfuncional, aumenta a entropia no sistema familiar, afastando ou impedindo os sujeitos de comunicar (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1993). Um modelo relacional enriquecedor será aquele que contempla uma boa comunicação entre os seus membros (Relvas, 1996).

Capítulo II

Concomitantes da ruptura conjugal e do divórcio

2.1. A experiência de ruptura conjugal

Os índices actuais de divórcio e separação são cada vez mais elevados (Amato & James, 2010). Nas décadas de 80 e 90 registou-se uma descida gradual no número de casamentos e um aumento no número de divórcios. Alguns estudos populacionais norte-americanos referem que dois em cada cinco casamentos resultam em divórcio, e estimam em 26 anos a duração média de um casamento (Amato & James, 2010; Haskey, 1996). Contribuem significativamente para estas estatísticas os casamentos contraídos em idades muito jovens (e.g., adolescência).

O casamento já não é visto como uma instituição intocável e eterna (Delgado, 1996). De uma instituição a preservar a todo custo, o casamento passou a ser percebido como uma relação que dura enquanto for compensadora para cada cônjuge. Neste sentido, segundo Torres (1996), o casamento evoluiu para uma visão mais privada, com maior liberdade individual dos cônjuges.

Reequacionar uma relação não é fácil e implica crescimento pessoal. É um processo que leva por vezes os indivíduos a reavaliar o tipo de relações que mantêm, consigo e com o mundo (Levitt, 1994 cit. in Canavarro, 2000). Segundo Sampaio (2001, p.115) “quando se extingue a paixão e já não é possível renovar aquele movimento colectivo a dois (...), a ruptura da relação afectiva surge como uma possibilidade”. Quando isto acontece é importante que o casal analise consciente e profundamente o que se está a passar e procure alternativas (Sampaio, 2001).

A experiência de ruptura do casamento é dolorosa, e frequentemente acompanhada de sentimentos de desamparo e de falhanço. Num estudo que avaliou 114 homens e mulheres que tinham experimentado uma rejeição afectiva nas últimas 8 semanas, 40%

dos participantes apresentaram sintomas de depressão clínica, e destes, 12% foram diagnosticados com depressão moderada ou grave (Mearns, 1991). Nenhum cônjuge é imune às consequências do divórcio ou separação, nem mesmo o cônjuge que tomou a iniciativa. Surgem com frequência efeitos físicos e psicológicos. A experiência pode ser acompanhada por sentimentos como culpa, ansiedade, fracasso, abandono, insegurança, rejeição, entre outros (Ribeiro, Sampaio, & Amaral, 1991).

O divórcio provoca emoções directamente relacionadas com as representações internas sobre o tipo de ligação afectiva preestabelecida e o significado das figuras envolvidas (Costa, 1994). Torres (1996) refere: “O tema é áspero e tem arestas. Sugere mal-estar e sofrimento (...) os processos de ruptura conjugal são emocionalmente dolorosos” (Torres, 1996, p.1). Pragmaticamente, Gameiro (2001) considera o divórcio como um processo de ruptura que um ou dois elementos do casal enfrentam... Numa visão mais fenomenológica, para Torres (1996) “a ruptura conjugal é reveladora da caixa negra que é o casamento. Nela estão inscritas várias dimensões da vida pessoal e social (...), significa o fim de uma promessa, de um projecto, da partilha de um ciclo de vida” (Torres, 1996, p.12). Neste processo, são múltiplos os motivos apontados como causas para a ruptura conjugal.

2.2. Factores desencadeantes de divórcio

Os motivos de divórcio são diversos e idiossincráticos. Apontam-se causas como a violência doméstica, a infidelidade, os ciúmes, as dificuldades sexuais, o abandono afectivo, entre outras. Porém, esta temática deverá ser contextualizada de forma mais abrangente (Delgado, 1996), pois é difícil isolar factores de causa-efeito para o aumento do número de divórcios na sociedade actual.

Segundo Torres (1996), o aumento de divórcios está relacionado com as transformações sociais da época em que vivemos. O número de divórcios espelha as exigências conjugais da actualidade, como a escolha do cônjuge, a valorização afectiva, a relação na base da partilha, a autonomia, e o paralelismo de realização profissional e familiar entre homem e mulher. Este tipo de modelo, que se julga mais democrático, coloca novos desafios ao acerto de trajectos, conciliação entre lógicas individuais, conjugais e

familiares. Esses desafios proporcionam tensões que parecem contribuir para o aumento do divórcio (c.f. Karasu, 2007).

As últimas décadas assistiram a mudanças significativas no estatuto e papel da mulher. A sua entrada no mercado de trabalho, as alterações legislativas para igualar os seus direitos aos do homem, a valorização da sua independência económica, o seu papel de decisão mais activo na sexualidade e contraceção, são todos factores que interagem nos actuais padrões de autonomia da mulher (Delgado, 1996), com impacto na forma como ela encara o relacionamento conjugal. A mulher, mais independente, sentindo-se pouco gratificada com a vida dedicada à casa e aos filhos, torna-se mais exigente em torno da relação conjugal (Relvas, 2000). Assim, da cega obediência às regras religiosas e sociais da instituição casamento, passou a valorizar-se mais na actualidade a qualidade dos laços afectivos (Alarcão, 2000).

O aumento do número de divórcios traduz também a independência de cada membro conjugal. Causas de ruptura conjugal como o adultério, o abandono, penas jurídicas, os vícios e as doenças, não são as únicas responsáveis pelo divórcio. A insatisfação afectiva, a frustração, a independência, os ciúmes e a exigência sexual, contribuem também para um desfecho de ruptura (Costa, 1994; Rankin-Esquer, Burnett, Baucom, & Epstein, 1997).

Costa (1994) refere que os principais factores que contribuem para as separações são a insatisfação com a relação, a falta de comunicação, as alterações de papéis entre cônjuges, os problemas do ciclo vital, e a insegurança. Segundo a autora, a sociedade actual valoriza mais a comunicação e o prazer, o que aumenta os padrões de exigência relacional dos casais; as expectativas de que “o amor resolve tudo” revelam-se hoje em dia inadequadas quando confrontadas com as dificuldades reais; as mudanças sociais e económicas alteraram os papéis na estrutura familiar; quando o desenvolvimento pessoal dos cônjuges não ocorre ao mesmo ritmo, surgem perturbações e conflitos relacionais; razões de insegurança pessoal geram dificuldades ao nível da confiança básica, propiciando uma separação ou divórcio.

O aumento da *independência* dos cônjuges não se traduz necessariamente numa *interdependência* conjugal, aspecto central das uniões. Os desejos, objectivos e

felicidade de um parceiro dependem dos desejos, objectivos e comportamento do outro (Kelley & Thibaut, 1978). Porém, ocorrem situações em que objectivos ou comportamentos dos parceiros colidem e geram conflito. Os paradigmas actuais estudam a comunicação entre os cônjuges durante essas situações (Heyman, 2001).

Os casais considerados “disfuncionais” apresentam menos satisfação conjugal, maior criticismo, expressam mais hostilidade e menos afecto positivo (e.g., humor, sorrisos), interrompem-se mais frequentemente, e propõem poucas soluções positivas para as questões em discussão (Gottman & Notarius, 2000; Wampler, Shi, Nelson, & Kimball, 2003). Por outro lado, estudos longitudinais indicam que os casamentos com menor conflito e maiores fontes de prazer mútuo são mais duradouros (Gagnon, Hersen, Kabacoff, & Van Hasselt, 1999).

2.3. Etapas desenvolvimentais de um processo de divórcio

A decisão de desfazer um casamento constitui um momento crucial na vida conjugal e familiar. Quando as possibilidades de convivência terminam, os parceiros necessitam de reformular a vida até então compartilhada. Esta reelaboração acarreta muitas vezes efeitos, positivos e negativos. Assim, há autores que consideram que a ruptura conjugal pode ameaçar a desintegração familiar mas, por outro lado, constituir uma oportunidade de desafio e crescimento pessoal (Gameiro, 2001).

Costa (1994) descreve várias fases de divórcio que se assemelham às fases de luto descritas por Kubler-Ross (1969). Numa primeira etapa, alguns cônjuges negam a possibilidade de ruptura, alheando-se como se nada estivesse a acontecer. Esta seria a *fase da negação*. O cônjuge a quem a possibilidade do divórcio foi sugerida, para além de um sentimento de perda doloroso, começaria então a experimentar uma ferida narcísica por se sentir recusado, traído, inadequado ou até mesmo culpado; seguir-se-iam sentimentos de medo, fracasso, raiva e revolta. Esta *fase da revolta* pode incluir agressões verbais e por vezes físicas. Perante a ambivalência emocional e previsíveis alterações estruturais, equacionam-se possibilidades de entendimento sobre o processo. É a *fase de negociação*. Se não atingirem os objectivos de estabilização do sistema conjugal, o(s) cônjuge(s) passa(m) por momentos de angústia, tristeza, insegurança ou

até mesmo depressão. O processo termina com a *fase da aceitação*, quando os sujeitos estão motivados a reformular os seus projectos de vida, efectuando ajustamentos cognitivos e emocionais a novos apoios sociais e relações afectivas. O assumir novos papéis dentro e fora da família é fundamental para o indivíduo retomar confiança em si e reconstruir a sua identidade, fortemente abalada.

Peck e Manocherian (1995, p.291) descrevem cinco estádios na evolução do processo de ruptura conjugal:

1. Desencontro e ruptura emocional. Pelo menos um dos cônjuges começa a considerar o divórcio e inicia o processo de separação, mantendo distância ao envolvimento. Este período é caracterizado pelo aumento de conflitos, acusações, pela desvalorização do parceiro, por sentimentos de ansiedade e ambivalência.

2. Pré-decisão ou Pré-separação. Em geral passa algum tempo entre a tomada de decisão e o anúncio da intenção. O cônjuge que toma a iniciativa para a separação, anuncia o intento provocando um “choque” no seio familiar. Surgem desequilíbrios comunicacionais sobretudo ao nível da família alargada.

3. Separação. Aqui as consequências podem ser mais ou menos bloqueadoras do funcionamento familiar e individual, conforme os envolvidos encaram a crise. Os cônjuges encontram-se vulneráveis (principalmente aquele que não desejou a separação) e podem surgir sintomas físicos e psicológicos como perturbações do sono, alterações ponderais, disfunção sexual, apatia, abuso de álcool, tabaco ou outras substâncias. Nos filhos (se os houver), podem surgir, reactivamente, enurese, encoprese, agitação, queixas psicossomáticas, e diminuição do rendimento escolar. Este período é frequentemente marcado pela ambivalência perante a quebra dos vínculos.

4. Reorganização do Sistema. Nesta etapa clarificam-se fronteiras e formas relacionais perante a situação de divórcio propriamente dita.

5. Redefinição do Sistema. Esta fase surge quando novas relações implicam o delimitar de novas fronteiras entre o anterior sistema e o novo. Se um primeiro casamento habitualmente envolve duas famílias, agora podem ter de se cruzar três, quatro ou mais famílias. Trata-se de novas possíveis ligações ou casamentos.

Em termos intra-psíquicos, Gameiro (2001, p.22) considera que as fases da ruptura relacional se assemelham às de um luto (negação, zanga ou revolta, negociação, tristeza ou depressão e finalmente aceitação). Esta perspectiva é coincidente com a visão psicanalista, a qual defende que o inconsciente não distingue entre desaparecimento real ou simbólico, pelo que todas as experiências de separação são vivenciadas como perda ou abandono do objecto amado. Por essa razão, a separação física ou emocional de um objecto investido afectivamente leva a uma necessidade semelhante de um processo de luto (Dolto, 1999; Peck & Manocherian, 1995).

Numa visão semelhante, Guidano (1987) refere que um laço afectivo como o casamento desempenha sempre um papel crucial na preservação da identidade pessoal. O autor conceptualiza a ruptura conjugal como uma interrupção no significado fenomenológico individual, só terminando o processo de luto da relação quando o indivíduo reestruturar o seu sentido pessoal de Self (Guidano, 1987).

2.4. Perspectivas sobre a tipologia de divórcio

Roussel (1989) propôs uma tipologia de modelos matrimoniais (institucional, de aliança, de fusão e de associação), a cada um dos quais corresponderia um padrão tipo de divórcio. Assim, o modelo matrimonial estabelecido determinaria o tipo de divórcio, caso este ocorresse.

Torres (1996) propõe uma tipologia de divórcio com três categorias segundo as causas e o tipo de processo. O divórcio “fatalidade” designa casais que apostaram num tipo de casamento institucional onde a questão do divórcio não era sequer equacionada; o divórcio “culpa do outro” caracteriza sujeitos que optaram pelo casamento fusional, onde as regras de funcionamento estavam clara e devidamente definidas, pelo que só uma falta grave poderia fazer resultar um divórcio; a categoria de divórcio “desencontro” reuniria sujeitos que se uniram de forma associativa, encarando por isso o casamento e o divórcio como circunstâncias próprias da vida actual. Tal como Roussel (1989), a autora estabelece uma forte correlação entre o tipo de divórcio ocorrido e os tipos de casamento subjacente (Torres, 1996).

Finalmente, Bonhannan (1983 cit. in Costa, 1994) lembra que numa ruptura conjugal podem ocorrer simultaneamente vários tipos de divórcio: divórcio emocional, divórcio legal, divórcio económico, divórcio co-parental, divórcio comunitário e divórcio psicológico. O divórcio emocional seria caracterizado pelo crescente descontentamento e insatisfação. A confiança na relação diminuiria e os aspectos negativos da relação tenderiam a sobressair. O divórcio legal ocorreria quando um processo judicial acompanha a decisão de ruptura. O divórcio económico ocorre pela necessidade de partilha de bens e atribuição de pensões de alimentos ou custos. O divórcio co-parental surge relativamente à custódia dos filhos (se os houver), pois o divórcio pode dissolver um casamento mas nunca a paternidade. O divórcio comunitário refere-se às novas relações afectivas e aos novos papéis sociais estabelecidos, por oposição aos anteriores. Por fim, existiria a dimensão psicológica do divórcio, compreendendo o processo de luto relacional e a resolução de questões de autonomia, de identidade e auto-responsabilização. O divórcio na sua completude ocorreria apenas quando todas as “facetas” do processo fossem integradas pelos indivíduos que se separaram.

2.5. A ameaça de ruptura conjugal: crise ou oportunidade

Nas palavras de Relvas (1996), “A história da vida da família é, então, a história da sucessiva progressão dos seus momentos de crise e períodos de transição, bem como da evolução ou dificuldades que a sua elaboração comporta no chamado ciclo vital e no entrecruzar de gerações. A história da família tem assim um princípio, que se não vislumbra, e um fim sem final, que se não adivinha...” (Relvas, 1996, p. 31). Com esta frase, Relvas (1996) sugere de modo subtil a dialéctica que ocorre entre o despoletar da crise e a sua disseminação, por contornos indefinidos, à família alargada.

Por norma, nas várias etapas do ciclo vital ocorrem crises previsíveis que são consideradas naturais, enquanto outras surgem de forma inesperada e se consideram acidentais (Alarcão, 2002). Neste sentido, o nascimento de filhos, a adolescência destes, a morte de um familiar idoso, todos são acontecimentos previsíveis e naturais que fazem parte do ciclo vital. Por outro lado, as crises acidentais derivam de problemas súbitos e particulares, que podem afectar um sujeito individualmente ou toda a estrutura familiar

(Alarcão, 2002). A ameaça de ruptura conjugal, por isso, poderá ser compreendida como uma crise acidental na história de uma família.

Os momentos de crise são sempre momentos que põem à prova os recursos da família, testando a sua qualidade relacional. Esta terá um papel decisivo, seja no confronto dos desafios relativos ao ciclo vital (crises naturais), seja durante crises acidentais que porventura surjam (Relvas, 2000). Para isso, um bom contexto relacional exige boa comunicação e forte investimento afectivo (Relvas e Alarcão, 2002), contribuindo globalmente para a estabilidade do casal e para a satisfação com a união.

Como se referiu, a qualidade comunicacional dos cônjuges permite distinguir os casais funcionais dos disfuncionais. Quando a comunicação é deficiente, a intimidade e a qualidade da relação ficam comprometidas, criando-se um ciclo de desgaste contínuo (Gottman & Notarius, 2000). Uma relação implica comunicação e esta é mais que uma mera troca de palavras; é simultaneamente conteúdo e relação (Watzlawick *et al.*, 1993). Pelo que as famílias que em momentos de crise elaboram padrões de comunicação pouco coerentes e pouco eficazes tornam mais difícil o relacionamento. É lugar-comum que a existência de posições rígidas assumidas por uma ou ambas as partes do casal, leva normalmente à transfiguração de uma relação inicialmente de afectos numa relação de força – um dominador e um dominado (Alarcão, 2000). Contrariamente, uma posição comunicacional complementar permite aos cônjuges conhecer e aceitar as suas próprias diferenças, e aumentar a eficácia das negociações a efectuar durante a crise.

O sentimento de pertença que o espaço conjugal proporciona, transmite-se aos outros membros da família (Minuchin & Fishman, 1981; Minuchin, 1990), de modo que a relação do casal terá maiores probabilidades de êxito se cada cônjuge contribuir para a identidade comum, e desse modo, para o equilíbrio emocional da família (Ribeiro, Sampaio, Amaral, 1991). Neste sentido sistémico, a crise conjugal pode ser equacionada como uma crise “contributiva” para a comunicação familiar. Na realidade, muitos indivíduos que se encontram ainda casados nunca conseguiram uma afirmação plena das suas necessidades de identidade e autonomia pessoal (Fernandes, 2000), daí

resultando não só uma comunicação desequilibrada no espaço conjugal, mas também uma omissão “da sua personagem” na narrativa familiar.

A ruptura conjugal enquanto crise do sistema familiar não tem de significar desordem mas antes a possibilidade de criar uma nova ordem. Se por um lado é desejável a estabilidade, é na instabilidade que se adquirem as possibilidades de efectuar mudanças significativas. Ambas fazem parte de um processo dinâmico propiciador de crescimento (Grinberg & Grinberg, 1998). A crise ocorre no presente levando o indivíduo a equacionar simultaneamente o passado e o futuro. A dificuldade reside no facto de que a nova fase da história familiar é, por um lado, a continuação previsível de uma história programada anteriormente, e por outro uma história que entra em conflito consigo própria e com a bifurcação imprevisível do futuro (Caillé, 1987 cit in Alarcão, 2002). Neste sentido, a crise pode constituir ocasião de crescimento e evolução, ou risco de disfuncionamento, se implicar um impasse que não se resolve (Minuchin & Fishman, 1981; Minuchin, 1990).

Perante a crise, como refere Alarcão (2000, p.96), o indivíduo necessita de optar: “ou foge à mudança, ameaçando a sua evolução e, em última análise, o seu equilíbrio e a sua própria vida, ou transforma-se, correndo o risco de crescer”.

Capítulo III

A dinâmica intergeracional do divórcio

3.1. Transmissão intergeracional de dinâmicas relacionais

Segundo Kramer (1985), o conceito de transmissão intergeracional refere-se à passagem de estilos comunicacionais, comportamentos, rituais ou tradições de uma geração à seguinte. Para vários autores de teorias sistémicas familiares, essa transmissão serve a continuidade familiar pois permite perpetuar formas de comunicação (normal ou patológica) ao longo das gerações, desse modo mantendo um sentido de “coesão” na identidade da família (Bateson, 1978; Minuchin & Fishman, 1981). Um exemplo deste legado, referido amiúde na terapia familiar, é o conceito de “mito familiar”. Descrito por Ferreira (1981) como um conjunto de crenças partilhadas pela família, o mito familiar organiza papéis, atribuições e trocas afectivas entre os familiares, contribuindo assim para a funcionalidade colectiva, apesar de escamotear frequentemente uma realidade inversa.

É um facto que a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de competências relacionais. A relação conjugal dos pais é das primeiras relações interpessoais a que a criança assiste; vários estudos indicam que a comunicação conjugal durante momentos de conflito do casal influencia o modo como os filhos interpretam os conflitos no sistema familiar e nas suas próprias relações futuras (Cui *et al.*, 2010; Goeke-Morey, Cummings, Harold, & Shelton, 2003). Numa perspectiva sistémica, os conflitos conjugais frequentes são sintomáticos de relações intensamente ambivalentes e de tensões no ambiente familiar (Watzlawick *et al.*, 1993). O recurso a agressões verbais ou físicas entre os cônjuges contribui para o aumento dos níveis de ansiedade e de expressão de emoções negativas no seio familiar. Em algumas famílias, esta propensão para o conflito conjugal torna-se um padrão de funcionamento, o qual passa, paradoxalmente, a servir a coesão familiar, podendo transmitir-se para as

gerações seguintes (Minuchin & Fishman, 1981). Quando o equilíbrio familiar é assim mantido, a “incompetência” relacional da geração seguinte revela-se como sintoma destes processos emocionais disfuncionais que transitam na família.

Outros autores interpretam as influências transgeracionais da relação conjugal dos pais segundo a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977). Segundo esta visão, a criança e o adolescente replicam o estilo relacional que observam na relação dos pais. Alguns estudos que suportam esta interpretação indicaram modelagem de características relacionais parentais no estabelecimento de novas amizades durante a infância e a adolescência (Black, 2002; Schudlich, Shamir, & Cummings, 2004). No mesmo sentido, alguns autores acreditam que as relações amorosas estabelecidas durante a adolescência e na idade adulta reproduzem os estilos de interação observados entre membros da família de origem (Bryant & Conger, 2002), sejam eles construtivos ou disfuncionais. O suporte empírico a esta hipótese de aprendizagem observacional advém, por exemplo, de estudos que examinam estratégias de resolução de conflito: adolescentes que assistiram a violência parental durante a infância admitem, com maior probabilidade, recorrer a um estilo violento de interação nas suas próprias relações afectivas (Lichter & McCloskey, 2004), e anos mais tarde tendem a perpetuar esse estilo nas relações conjugais que estabelecem (Cui *et al.*, 2010).

3.2. Evidências de transmissão intergeracional do divórcio

O facto dos pais de uma criança/adolescente se manterem casados tem um impacto relevante na estabilidade da união conjugal futura dos filhos. Este é um dos aspectos mais consistentes nas investigações sobre o divórcio. O termo “hereditariedade social” revela-se de forma particularmente interessante no risco aumentado que os filhos de pais divorciados têm de também se divorciarem (Lyngstad & Engelhardt, 2009).

A transmissão intergeracional do divórcio é actualmente um fenómeno bem documentado em inúmeros países do mundo ocidental. Começou por ser descrita nos EUA durante os anos 80, quando vários estudos estimaram que os participantes com pais divorciados apresentavam um aumento superior a 60% no risco da sua própria relação conjugal terminar em divórcio (Glenn & Kramer, 1987; McLanahan &

Bumpass, 1988; Mueller & Cooper, 1986). Nos anos seguintes, estudos longitudinais como o “*The Study of Marriage Over the Life Course*” (Amato, 1996) permitiram análises mais robustas e maior controlo de variáveis sócio-demográficas passíveis de envolvimento no fenómeno. Amato (1996) apresentou resultados curiosos para a população norte-americana:

1. O risco de dissolução do casamento é maior nos cônjuges que cresceram em famílias monoparentais.
2. O efeito do divórcio parental é maior nos anos iniciais do casamento dos filhos. Entre os participantes casados há menos de 4 anos, o risco de divórcio aumentava em 87% nos casais em que os pais da esposa eram divorciados, e em 620% nos casais em que ambos os cônjuges tinham pais divorciados.
3. Nos casos em que o divórcio dos pais ocorreu antes dos 12 anos de idade, o risco de divórcio no casamento dos filhos aumentou em 60%, sem ocorrerem diferenças de género.

No geral, a transmissão intergeracional do divórcio ficou estabelecida para a população norte-americana, sendo mais pronunciada no sexo feminino e mediada por variáveis como a coabitação e a idade de casamento (Amato, 1996; Feng, Giarrusso, Bengtson, & Frye, 1999; Glenn & Kramer, 1987; McLanahan & Bumpass, 1988; Wolfinger, 1999).

Nos países europeus, os principais estudos surgem a partir dos finais dos anos 90. No Reino Unido, um estudo longitudinal (*The National Child Development Study*) avaliou crianças nascidas na primeira semana de Março de 1958 até perfazerem 33 anos. O estudo documentou um efeito transgeracional do divórcio parental nas suas uniões (Kiernan & Cherlin, 1999). Um divórcio parental antes dos filhos completarem 20 anos de idade aumenta o risco de separação futura entre 40% a 90% (consoante a faixa etária em que ocorreu). Após o controlo de variáveis como a idade de união, o tipo de união, entre outras, o risco de separação manteve-se significativamente elevado, cerca de 16% para mulheres e 41% para homens (Kiernan & Cherlin, 1999). Curiosamente, este estudo não verificou um risco maior no sexo feminino.

Na Alemanha, Diekmann e Engelhardt (1999) estudaram retrospectivamente dados de coortes de nascimentos nos períodos pré- e pós-segunda guerra mundial e estimaram para os participantes com pais divorciados um aumento de risco de divórcio de, respectivamente, 160% e 128%. Tal como no estudo britânico (Kiernan & Cherlin, 1999), o risco de divórcio manteve-se significativamente elevado após controlo de variáveis sócio-demográficas, e foi mais pronunciado para os homens. Além disso, pelo estudo de participantes que tinham perdido os pais durante a guerra, foi possível aos autores concluir que a simples ausência do pai por falecimento não contribuía para o aumento de risco de divórcio (Diekmann & Engelhardt, 1999). Anos mais tarde, Engelhardt, Trappe e Dronkers (2002) compararam a dinâmica intergeracional do divórcio para coortes das antigas Alemanha Ocidental e de Leste. Após ajustarem os resultados para diferenças nos níveis de divórcio (mais frequente na Alemanha de Leste) verificaram que a transmissão intergeracional era apenas significativa na Alemanha Ocidental. Relações complexas como as políticas sociais (por exemplo, a promoção de natalidade na Alemanha de Leste) explicavam parte dos resultados (Engelhardt, Trappe, & Dronkers, 2002).

Na República Checa, um estudo populacional retrospectivo estimou um aumento de risco de divórcio de 52% para sujeitos que experimentaram o divórcio dos pais durante a infância ou adolescência (Štastná, 2007). Na Suécia, um recente estudo populacional longitudinal estimou que os participantes com pais divorciados tinham um risco acrescido em 40% de também eles se divorciarem (Gähler, Hong, & Bernhardt, 2009). Na Noruega foi demonstrada a transmissão intergeracional do divórcio: um estudo seguiu a coorte de primeiros casamentos registados entre 1980 e 2003 e verificou que o divórcio parental aumentava o risco de divórcio nas filhas em 100% se ocorresse até elas completarem 5 anos de idade, decrescendo o risco linearmente até à idade adulta (53%); comparativamente, o efeito foi mais moderado para os rapazes (55% até aos 5 anos, decrescendo até 22% na idade adulta) Lyngstad & Engelhardt (2009).

Nos últimos anos foram publicadas investigações que recorreram às bases de dados dos estudos de fertilidade conduzidos pela Comissão Económica da ONU (*Fertility and Family Surveys*) para traçar uma panorâmica transcultural sobre a transmissão intergeracional do divórcio no sexo feminino. Diekmann e Schmidheiny (2004)

estudaram dados do Canadá, dos EUA e de 13 países europeus. Os resultados demonstram que a transmissão intergeracional do divórcio é um fenómeno generalizado: o divórcio parental aumenta significativamente o risco de divórcio nas filhas em todos os países estudados (um aumento médio de 103%), desde 50% para a Hungria e Letónia, até 220% para a Itália (Diekmann & Schmidheiny, 2004). Outro estudo avaliou dados de 43.071 mulheres de 17 países europeus e EUA, e concluiu que, à excepção da Polónia, em todos eles o divórcio parental aumentava significativamente o risco de divórcio das participantes (Dronkers & Härkönen, 2008). Na Áustria, Bélgica, Alemanha, Grécia, Itália e Suíça, este efeito era superior ao efeito demonstrado para os EUA.

Diversas hipóteses, não mutuamente exclusivas, têm sido formuladas para a explicação deste fenómeno. O presente trabalho sintetiza estas hipóteses em duas grandes perspectivas. Numa *vertente sociológica*, têm sido focadas consequências económicas e sócio-demográficas do divórcio dos pais nos seus filhos. Numa *vertente psicobiológica*, têm sido estudados factores biológicos, familiares e sociais de pais para filhos (Dronkers & Härkönen, 2008). O estudo deste fenómeno é ainda um campo recente de pesquisa, quer porque algumas variáveis sócio-demográficas (como a idade do indivíduo aquando do divórcio dos pais) possuem influências complexas (ver Wolfinger, 2005), quer porque os estudos sociológicos sugerem que os efeitos dos factores de risco para o divórcio não são temporalmente estáveis (Amato & James, 2010; Lyngstad & Engelhardt, 2009; Teachman, 2002).

A ausência do pai, por exemplo, constitui um factor de risco mais importante quando o divórcio parental ocorre durante a infância do indivíduo (Amato & Keith, 1991; Lyngstad & Engelhardt, 2009). Neste cenário, a criança terá maior probabilidade de assistir a transições familiares subsequentes, com novas uniões dos progenitores e a um segundo divórcio (Wolfinger, 2005), potenciando o seu risco de divórcio futuro. Na mesma lógica, o risco de divórcio de um casal aumenta proporcionalmente ao número de cônjuges com progenitores divorciados (Wolfinger, 2003).

Problemática é também a influência do género. Frequentemente é a mulher quem pede a dissolução do casamento (Kalmijn & Poortman, 2006); a transmissão intergeracional

parece funcionar de forma diferente para homens e mulheres (Lyngstad & Engelhardt, 2009). Apesar destas dificuldades metodológicas, apresenta-se de seguida uma descrição de cada uma das perspectivas em questão.

3.3. Perspectiva sociológica de transmissão intergeracional do divórcio

Na prática, a perspectiva sociológica reúne estudos que examinam o impacto de mudanças económicas e sócio-demográficas decorrentes do divórcio parental, no divórcio futuro dos filhos. As principais explicações desta perspectiva assumem que o divórcio dos pais coloca os filhos numa posição socialmente desvantajosa, restringindo as suas oportunidades financeiras, académicas, e laborais.

3.3.1 Hipóteses de custos versus benefícios sociais

Inicialmente referidas por Levinger (1976), as hipóteses de custos e benefícios sociais identificam factores sociais exógenos ao casamento (como a influência da religião ou das políticas sociais) na transmissão intergeracional do divórcio. O autor propõe que a probabilidade do divórcio aumenta em filhos de divorciados se os benefícios a obter do casamento se reduzirem, se as alternativas ao casamento se tornarem mais atractivas, ou se enfraquecerem as barreiras sociais face ao divórcio (Levinger, 1976).

Estudos indicam que os filhos de divorciados percebem menos benefícios no casamento, em parte pela vivência stressante do divórcio parental, seja pelo receio de insucesso relacional ou pela pressão social de desapontarem a família de origem (Glenn & Kramer, 1987; Wolfinger, 2003). Por essa razão, os filhos de divorciados optam com mais frequência por alternativas ao casamento, como a mera coabitação e um maior investimento na carreira e na independência financeira (Feng *et al.*, 1999; Teachman, 2002; Wolfinger, 2003). A maioria de filhos de pais divorciados prefere o regime de coabitação ao casamento (Gähler *et al.*, 2009; Wolfinger, 2005). A exposição ao fracasso relacional dos pais desenvolve nos filhos descrédito nos valores de compromisso do casamento (Dronkers & Härkönen, 2008). Para Amato e DeBoer (2001), os filhos de pais divorciados desenvolvem menor compromisso de longo prazo no seu casamento: o divórcio passa a ser uma escolha aceitável perante a menor crise conjugal.

A estigmatização social do divórcio tem uma influência complexa na sua transmissão intergeracional. O impacto do divórcio nas redes de relações interpessoais influencia o ajustamento psicossocial não só de quem se divorcia mas também dos seus filhos (Amato & DeBoer, 2001; Ryan, Franzetta, Schelar, & Manlove, 2009; Wang & Amato, 2000). Quando ocorre estigmatização social durante a infância e adolescência dos filhos, aumentam os riscos do divórcio parental a longo prazo e o risco de divórcio (Amato & Keith, 1991; Ryan *et al.*, 2009; Wagner & Weiß, 2006). A estigmatização social do divórcio parental, por um lado, favorece a transmissão intergeracional do divórcio, mas por outro, dissuade os indivíduos da opção pelo casamento (Wolfinger, 2003).

A religião foi durante décadas uma barreira social considerável ao divórcio. No entanto, o seu impacto no fenómeno tem diminuído francamente. Na Alemanha, por exemplo, dados recolhidos durante a década de 90, a religião (particularmente católica e protestante) tinha um efeito significativamente protector da transmissão intergeracional do divórcio (Diekmann & Engelhardt, 1999; Engelhardt *et al.*, 2002). Um estudo mais actual não detectou qualquer efeito de protecção (Diekmann & Schmidheiny, 2004).

Outra barreira comum à transmissão intergeracional do divórcio é a existência de filhos. Segundo alguns autores, a existência de filhos indica investimento na manutenção do casamento e aumenta os custos do divórcio para os cônjuges, sejam eles oriundos de famílias intactas ou filhos de divorciados (Amato & Keith, 1991; Wagner & Weiß, 2006).

3.3.2 Hipóteses de privação sócio-económica

Partindo do pressuposto de que após o divórcio a custódia dos filhos é normalmente entregue à mãe, esta hipótese prevê mudanças sócio-demográficas e económicas que aumentarão o risco de transmissão intergeracional do divórcio (Wang & Amato, 2000). A ausência do pai aporta necessariamente maiores dificuldades financeiras na família, condicionando o ciclo vital dos filhos (Härkönen & Dronkers, 2006).

De facto, os filhos de pais divorciados têm maior tendência a casar durante a adolescência (Wolfinger, 2005). O casamento precoce está por si associado a maior

risco de divórcio (Härkönen & Dronkers, 2006). As razões apontadas para o casamento “precoce” dos filhos de pais divorciados são diversas: escape de um ambiente familiar empobrecido ou stressante; iniciação sexual precoce decorrente de um ambiente educacional liberal na família monoparental e consequências económicas do divórcio, como, abandono da escola, ingresso no trabalho e a constituição de família precocemente (Härkönen & Dronkers, 2006; Wolfinger, 2003). Além disso, as situações de baixa escolaridade e rendimento económico estão associadas a maior risco de conflito conjugal e divórcio (Dronkers & Härkönen, 2008; Feng *et al.*, 1999), eventualmente por défices comunicacionais e de resolução de problemas conjugais (Amato, 1996).

Finalmente, a privação sócio-económica introduz diferenças de género nos percursos académicos dos filhos de divorciados, contribuindo para explicar a transmissão intergeracional do divórcio mais pronunciada nas mulheres (Amato, 1996; Feng *et al.*, 1999; Wolfinger, 2003). Estudos longitudinais da Universidade de Virginia (Hetherington, Stanley-Hagan, & Anderson, 1989; Hetherington, Bridges, & Insabella, 1998) demonstraram diferenças de género marcantes na sociedade norte-americana após a regulação do poder paternal do divórcio: O pai tem maior propensão para, (a) manter contacto com os filhos do que com as filhas, (b) pagar a pensão de alimentos aos filhos do que às filhas e (c) financiar os estudos aos filhos do que às filhas.

3.4. Perspectiva psicobiológica de transmissão intergeracional do divórcio

A perspectiva psicobiológica enfatiza os factores endógenos do casamento na transmissão intergeracional do divórcio. Esses factores de risco seriam herdados pelos filhos, genética e ambientalmente. Para Wolfinger (2005, p.17), “a explicação pela selecção natural abarca comportamentos e traços propensos ao divórcio, transmitidos de pais para filhos, que boicotam a estabilidade conjugal”.

3.4.1 Hipóteses de modelagem e sociabilização

Os pais são modelos comportamentais de relacionamento interpessoal. A ausência do pai, decorrente do divórcio, é uma ausência de modelo de papéis conjugais. Uma explicação conhecida como “*same-sex hypothesis*” (Pope & Mueller, 1976) afirmava

que os filhos de famílias monoparentais que crescem com o progenitor de sexo oposto, pela menor exposição ao modelo de progenitor do mesmo sexo, teriam uma aprendizagem social deficitária dos papéis conjugais e parentais futuros. Apesar de ter vigorado por mais de uma década, esta teoria veio a ser descartada: por um lado, os filhos de pais divorciados apresentam taxas de divórcio consideravelmente superiores a indivíduos cujos pais faleceram durante a infância (Diekmann & Engelhardt, 1999; Wolfinger, 2005); por outro, foi demonstrado que a transmissão intergeracional do divórcio tem um maior efeito nas filhas (Amato, 1996; Amato & DeBoer, 2001; Feng *et al.*, 1999; Powell & Downey, 1997). No entanto, a ausência do pai pode ter implicações nas atitudes face à sexualidade, aspecto ainda pouco estudado. Crescer numa família monoparental frequentemente significa assistir ao eventual investimento materno em novos relacionamentos amorosos e sexuais, e eventualmente, à coabitação de parceiros. Esta exposição pode favorecer nos filhos atitudes mais liberais em relação à sexualidade e à coabitação (Ryan *et al.*, 2009).

Os descendentes de divorciados têm frequentemente défices de competências de relacionamento interpessoal. Segundo Amato (1996), os problemas interpessoais explicam quase 50% dos casos de transmissão intergeracional do divórcio. Curiosamente, num estudo posterior, Amato e De Boer (2001) indicaram que os problemas interpessoais dos filhos não se relacionavam com a intenção de se divorciarem. Esta aparente inconsistência pode explicar-se: o défice de competências interpessoais no indivíduo não implica necessariamente a procura de divórcio por parte dele, mas provavelmente por parte do cônjuge...

É um facto que os divórcios são frequentemente causados por comportamentos interpessoais problemáticos e dificuldades na resolução de conflitos (Gähler *et al.*, 2009). Diversos estudos indicam que os cônjuges que caracterizam a relação parental de “empática”, “respeitadora”, e “tolerante”, têm maior tendência a caracterizar o seu próprio casamento de forma positiva, relatando maior intimidade e satisfação conjugal, que os cônjuges que testemunharam interações negativas na relação parental (Amato & DeBoer, 2001; Sabatelli & Bartle-Haring, 2003). Os cônjuges que são filhos de divorciados apresentam problemas comportamentais interpessoais (e.g., acessos de raiva, ciúmes, ressentimentos, infidelidade) com maior frequência do que os cônjuges

oriundos de famílias intactas (Amato, 1996; Feng *et al.*, 1999; Wolfinger, 2003). O princípio de modelagem pode assim elucidar aspectos para os quais as hipóteses sociológicas não avançam explicação, por exemplo, o facto dos filhos de divorciados terem filhos ilegítimos com maior frequência (Wolfinger, 2005), ocorrência que aumenta obviamente o risco de um divórcio.

As situações de conflito conjugal não são só momentos de teste dos cônjuges. Para Amato (1996), o conflito parental tem uma dupla influência: modelagem das competências relacionais dos filhos e transmissão de valores de compromisso face ao casamento. Quando o divórcio dos pais conclui um casamento pouco conflituoso, tem maior impacto na estabilidade do casamento dos filhos; por outro lado, quando ele acontece após um casamento altamente conflituoso, o risco de divórcio dos filhos decresce para valores próximos dos de descendentes de famílias intactas (Amato & DeBoer, 2001). No entanto, há casamentos muito conflituosos que não resultam em divórcio. Nestes casos, é razoável pressupor que apesar dos filhos perpetuarem défices de relacionamento interpessoal, os valores de compromisso conjugal prevalecem (Amato, 1996). Alternativamente, o conflito parental representa uma aprendizagem que estimula os filhos a desenvolver competências de resolução de problemas durante as suas crises conjugais (Dronkers & Härkönen, 2008). Contrariamente, os filhos de pais divorciados terão menos tendência a sacrificar a sua felicidade pela estabilidade conjugal (Amato, 1996; Amato & DeBoer, 2001; Wolfinger, 2003, 2005).

A influência parental nas competências de resolução de conflitos dos filhos é por isso complexa, podendo também diferir consoante o género. Sanders, Halford e Behrens (1999) avaliaram como o divórcio dos pais predispõe os filhos para a gestão de conflitos conjugais, consoante o género dos filhos. Observaram naturalisticamente 93 casais enquanto discutiam. Os casais em que os pais da rapariga se tinham divorciado apresentavam uma comunicação mais disfuncional e crenças mais distorcidas; contrariamente, os casais em que os pais do rapaz se divorciaram não diferiam em termos comunicacionais dos casais “normais” (Sanders *et al.*, 1999).

3.4.2 Hipóteses de herança de traços temperamentais e de personalidade

O temperamento e a personalidade são determinantes da comunicação e satisfação conjugal (Wolfinger, 2005). Para vários autores, parte da transmissão intergeracional do divórcio ocorre pela transmissão de traços de temperamento e de personalidade, os quais tornam as relações conjugais dos filhos de progenitores divorciados mais vulneráveis à dissolução (Dronkers & Härkönen, 2008; McGue & Lykken, 1992; Wolfinger, 2005).

O suporte empírico desta explicação resulta das seguintes premissas:

1. A personalidade é fortemente determinada por factores genéticos (Johnson, McGue, & Krueger, 2005; Lykken, McGue, Tellegen, & Bouchard, Jr., 1992). Os estudos actuais que recorrem a mapeamento e análise funcional genética têm demonstrado que as diferenças individuais de traços de personalidade estão associadas a diferenças em genes específicos (Congdon & Canli, 2008).
2. Parte do risco de divórcio individual resulta de traços da personalidade dos indivíduos. A extroversão, por exemplo, parece estar positivamente correlacionada com o risco de divórcio, sendo o efeito mais pronunciado nos homens (Kelly & Conley, 1987). Também a não-conformidade com valores tradicionais (Johnson & Harris, 1980), o neuroticismo (Karney & Bradbury, 1995; Kelly & Conley, 1987), o baixo controlo de impulsos (Kelly & Conley, 1987), e o comportamento anti-social (Emery, Waldron, Kitzmann, & Aaron, 1999) parecem potenciar o risco de divórcio em ambos os sexos.
3. A transmissão intergeracional do divórcio é parcialmente determinada pela genética. McGue e Lykken (1992) seguiram longitudinalmente uma amostra de gémeos. Surpreendentemente, estes autores demonstraram que os factores genéticos explicavam uma proporção considerável (53%) da transmissão intergeracional do divórcio (McGue & Lykken, 1992).

Num estudo posterior, Jockin e colaboradores (1996) avaliaram a personalidade e o risco genético de divórcio numa coorte de gémeos. Segundo os autores, uma parte substancial desse risco (42% e 30%, respectivamente, para homens e mulheres) era

constituída por factores genéticos que afectavam simultaneamente a personalidade e o risco de divórcio nessa amostra (Jockin *et al.*, 1996). Estudos mais recentes utilizaram métodos mais complexos para comparar variáveis sócio-demográficas e de personalidade entre gémeos monozigóticos / dizigóticos e as respectivas descendências. No geral, concluíram que (i) os factores genéticos explicam parte da causalidade da transmissão intergeracional do divórcio; (ii) os factores genéticos aumentam o risco de divórcio através da sua associação a factores ambientais (e.g., coabitação, iniciação sexual precoce) e a aspectos da personalidade (e.g., psicopatologia), pelo que continuam a influenciar a descendência mesmo após a saída do ambiente familiar (D'Onofrio *et al.*, 2006; D'Onofrio *et al.*, 2007).

3.5. A vinculação no estudo da transmissão intergeracional do divórcio

3.5.1 Conceito de vinculação no desenvolvimento

A vinculação é a propensão do ser humano para estabelecer laços afectivos fortes com as pessoas mais significativas. Manifesta-se na qualidade da relação de segurança que é construída entre o sujeito e a figura de vinculação (Bowlby, 1980). Perante separações, perdas inesperadas ou indesejadas, a vinculação emerge através das reacções emocionais do indivíduo (Ainsworth, 1974).

Na estruturação da vinculação, ocorre a influência de factores hereditários e ambientais, ambos importantes nos processos de desenvolvimento da criança e do adolescente (Brazelton & Cramer, 2001). As vinculações afectam os repertórios comportamentais do adulto, reforçados pelas representações mentais das experiências anteriores de separações e de apego (Main, 1996; Weiss, 1982). Por isso a vinculação é considerada um conceito universal que acompanha o indivíduo, desde a infância (vinculação à figura do cuidador) à adolescência (vinculação aos pares), até à idade adulta (vinculação ao companheiro afectivo) (Ainsworth, 1974).

No adulto, a vinculação é conceptualizada: (1) como laço que substitui as vinculações primárias; (2) como tendência para formar tipos de vinculação similares; (3) como processo interactivo em contextos e relacionamentos específicos (Berman & Sperling, 1994). Deste modo, a vinculação no adulto aparece frequentemente associada a

“padrões”, “estilos”, “tipos” ou “perfis” que a remetem para uma abordagem de tipo “traço”.

3.5.2 Padrões de vinculação no desenvolvimento

Após os seus trabalhos com o modelo experimental da “situação estranha”, Ainsworth (1974) descreveu três padrões típicos de vinculação nas crianças:

1. “Tipo A”, ou inseguro/evitante, caracterizado por uma pobre exploração do meio envolvente, pouca partilha afectiva e por reacções de evitamento, independentemente da presença ou não da figura de vinculação.
2. “Tipo B”, ou seguro, caracterizado por uma exploração confiante do meio ambiente, pela percepção da figura de vinculação como uma “base segura”, e pela partilha de emoções tanto na sua presença como na sua ausência.
3. “Tipo C”, ou inseguro/ansioso, caracterizado por comportamentos exploratórios pobres semelhantes aos do Tipo A. Receavam os estranhos e reagiam com cólera ou rejeição quando a mãe regressava à sala.

Com base nestes padrões, a investigação do desenvolvimento veio a confirmar a continuidade e expressão da organização da vinculação ao longo do ciclo vital (Levitt, Coffman, Guacci-Franco, & Loveless, 1994; Main, 1996), e a desenvolver instrumentos para a sua avaliação e caracterização no adolescente (Armsden & Greenberg, 1987) e no adulto (Collins & Read, 1990).

3.5.3 Influência da vinculação na relação conjugal

Na vida adulta, o companheiro é a figura central de vinculação. A identidade “de casal” define-se por interacções entre dois padrões de vinculação (Levitt *et al.*, 1994). Os estilos de vinculação dos cônjuges são bons preditores da satisfação conjugal e das estratégias de resolução de conflitos (Pistole, 1989). Para Shaver e Clark (1994 cit in Canavarro, 1999), uma maior satisfação conjugal associa-se normalmente a padrões seguros de vinculação.

A vinculação influencia o casamento pelo estilo comunicacional que propicia (Wolfinger, 2005). De modo semelhante, outros autores defendem que a vinculação determina a atitude comunicacional durante as tomadas de decisão do casal na resolução de problemas quotidianos (Alexandrov, Cowan, & Cowan, 2005). Alguns estudos indicam que o tipo de vinculação predominante no sujeito condiciona directamente o suporte que oferece ao cônjuge em situações problemáticas e indirectamente o suporte que de ele é percebido (Cutrona, Shaffer, Wesner, & Gardner, 2007; Gagnon *et al.*, 1999). Momentos como o nascimento de um filho, um luto, uma mudança de emprego, ou outras transições, renovam o desejo ou a necessidade de segurança. Como exemplo, Simpson, Rholes, Campbell, Tran e Wilson (2003) investigaram o modo como o padrão ambivalente de vinculação interage com as percepções de suporte conjugal na fase de transição de maternidade. As grávidas mais ambivalentes percepcionavam sistematicamente o suporte conjugal dos maridos como insuficiente na fase pré-natal, e essa percepção estava invariavelmente associada ao aumento de sintomatologia depressiva entre a avaliação pré e pós-natal (Simpson *et al.*, 2003).

Finalmente, o estilo de vinculação pode influenciar as percepções e atribuições do sujeito com efeitos directos na satisfação conjugal (Bradbury & Fincham, 1990), como a percepção da distribuição de obrigações domésticas (Badr & Acitelli, 2008), ou o impacto emocional dos ciúmes em relação ao cônjuge (Levy & Kelly, 2010).

Alguns estudos de observação de casais reuniram evidência da influência dos estilos de vinculação na qualidade relacional. Besharat (2003) comparou 20 casais de estudantes universitários (controlos) com 20 casais em terapia conjugal. A incidência de vinculações do tipo ansioso e evitante foi significativamente superior entre os casais em terapia, e estes padrões estavam consistentemente associados a maiores problemas conjugais. Nos dois grupos, os casais com padrões seguros de vinculação caracterizavam a sua relação como mais interdependente e satisfatória, sendo a confiança e o compromisso valores centrais (Besharat, 2003). Também Wampler e colaboradores (2003) observaram que os padrões ansiosos e evitantes influenciam o casal ao nível comunicacional. Em situações de resolução de conflitos, esses sujeitos expressam mais afecto negativo, menor respeito pelo cônjuge, menor flexibilidade e, sobretudo, mais evitamento (Wampler *et al.*, 2003).

3.5.4 A vinculação como factor de transmissão intergeracional do divórcio

Seguindo uma lógica semelhante à *herança de traços temperamentais*, os padrões de vinculação dos pais são propostos no presente estudo como mediadores de risco para o divórcio dos filhos com base nas seguintes premissas empíricas:

1. A organização da vinculação possui transmissão hereditária substancial. Nos últimos anos, inúmeros estudos demonstraram que a organização da vinculação resulta da interacção entre factores genéticos, veiculados pelo temperamento, e factores ambientais, veiculados pela qualidade dos cuidados precoces (Bakermans-Kranenburg & van Ijzendoorn, 2011; Ellis, Boyce, Belsky, Bakermans-Kranenburg, & van Ijzendoorn, 2011; Kochanska, Philibert, & Barry, 2009; Pluess & Belsky, 2011). Ao nível da auto-regulação emocional e relativamente ao risco de psicopatologia futura, foi ainda demonstrado que o padrão de vinculação seguro é um factor de resiliência na presença de risco conferido pelo genótipo (Bakermans-Kranenburg & van Ijzendoorn, 2011; Kochanska *et al.*, 2009).

2. A transmissão intergeracional de padrões de vinculação assim como de características neurobiológicas de temperamento está bem documentada (Siegel, 1999). Em Portugal, Soares (1996) demonstrou a relação entre os padrões de vinculação dos adolescentes e as respectivas vinculações maternas numa perspectiva intergeracional. Os resultados revelaram uma concordância significativa entre a representação de vinculação nas mães e nos respectivos filhos, mais notória para o padrão de vinculação segura (Soares, 1996). Outros estudos mais actuais têm demonstrado que as mães internalizam as estratégias relacionais experimentadas com as suas cuidadoras e recriam esses padrões com os seus filhos (Kretchmar & Jacobvitz, 2002; Shah, Fonagy, & Strathearn, 2010). A transmissão intergeracional da vinculação apresenta forte concordância para o padrão seguro, pelo menos, ao longo de três gerações (Hautamäki, Hautamäki, Neuvönen, & Maliniemi-Piispanen, 2010), enquanto os padrões inseguro-evitante e inseguro-ansioso alternam entre si ("*meshing effect*") de geração para geração (Hautamäki *et al.*, 2010; Shah *et al.*, 2010).

3. Os padrões de vinculação influenciam a qualidade comunicacional da díade pais / filhos (Shah *et al.*, 2010) assim como a qualidade da comunicação do casal, particularmente em situações de conflito (Wampler *et al.*, 2003).
4. Os aspectos qualitativos da relação parental são passíveis de transmissão intergeracional por modelagem (e.g., Sabatelli & Bartle-Haring, 2003), e tornam-se progressivamente importantes na adolescência e idade adulta da descendência (Black, 2002). Estudos actuais demonstraram ainda que os estilos de interacção interpessoal são transmitidos da relação parental para a relação conjugal dos filhos e que a vinculação destes influencia qualitativamente essa transmissão (Cui *et al.*, 2010; Hare, Miga, & Allen, 2009).
5. Dados preliminares sugerem que o padrão de vinculação seguro diminui o risco de divórcio dos filhos de divorciados durante os anos iniciais do seu casamento (Crowell, Treboux, & Brockmeyer, 2009).

Por estas razões é legítimo conjecturar que os padrões de vinculação estejam implicados na transmissão intergeracional do divórcio. Numa amostra de conveniência, a presente investigação pretende avaliar a contribuição (i) de variáveis descritas na perspectiva sociológica; e (ii) dos padrões de vinculação enquanto *factores psicobiológicos mediadores do risco de divórcio*, para a situação conjugal actual de filhos de pais divorciados comparativamente com aqueles cujos pais se mantêm casados. Deste modo, pretende-se contribuir para a literatura, ainda escassa, relativa ao papel dos padrões de vinculação na transmissão intergeracional do divórcio.

Capítulo IV

Objectivos, variáveis e hipóteses

4.1. Objectivos

Os objectivos operacionais de uma investigação dependem em grande medida da natureza dos fenómenos a estudar e do maior ou menor controlo a que o estudo se submete (Almeida & Freire, 1997). O presente estudo norteou-se segundo os seguintes objectivos:

1. Avaliar a associação de factores de risco sócio-demográficos (como a idade de casamento e a idade de entrada para o mercado de trabalho) com a situação conjugal dos participantes, contrastando-os segundo o estado civil dos pais.
2. Avaliar a percepção de conflito conjugal entre participantes casados e divorciados, contrastando-os segundo o estado civil dos seus pais.
3. Avaliar as características de vinculação, enquanto factor de risco psicobiológico para o divórcio, entre participantes casados e divorciados, contrastando-os pelo estado civil dos seus pais.
4. Avaliar o grau de importância atribuído pelos participantes a diversos motivos de ruptura conjugal, consoante a sua situação conjugal e a dos seus pais.
5. Explorar o contributo das variáveis em estudo para a predição da situação conjugal actual dos participantes.

4.2. Variáveis

Qualquer investigação considera variáveis, a forma como se relacionam, e o estatuto que cada uma desempenha na investigação. Quando estas se identificam com a dimensão ou característica que o investigador manipula para observar o seu impacto, designam-se variáveis independentes. O efeito causado e estudado denomina-se de variável dependente (Almeida & Freire, 1997).

Enumeram-se, de seguida, as variáveis consideradas no presente estudo.

4.2.1 Variáveis independentes

Situação Conjugal (Estado Civil dos Participantes)

Considerada como variável de contraste, discriminativa, com a função metodológica de constituir os grupos de comparação.

Situação Conjugal dos Pais (Estado Civil dos Pais dos Participantes)

Esta variável foi operacionalizada em duas categorias, nomeadamente, “Pais casados/em união” e “Pais divorciados/separados”.

Género

Variável considerada para estudo de diferenças de género nas variáveis dependentes.

Idade

Idade cronológica de cada sujeito.

Escolaridade

Os sujeitos seleccionados possuíam uma escolarização igual ou superior a sete anos para garantir uma adequada compreensão verbal dos instrumentos utilizados. Posteriormente, categorizou-se a escolaridade em três grupos (do 7º ao 9º ano; até ao 12º ano; frequência de ensino superior).

4.2.2 Variáveis dependentes¹

Idade de Casamento

Como o nome indica, refere-se à idade que os participantes tinham quando contraíram o seu primeiro casamento.

Idade do Primeiro Emprego

Variável contínua que refere a idade que os participantes tinham quando entraram para o mercado de trabalho.

Nível de Conflito Predominante na Relação Conjugal

Variável ordinal que traduz a percepção do participante relativamente ao nível de conflito predominante na sua primeira relação conjugal. Operacionalizada em três categorias, nomeadamente, “Conflito Elevado”, “Conflito Médio”, e “Conflito Baixo”.

Nível de Conflito Predominante na Relação Parental

Variável ordinal que traduz a percepção do participante relativamente ao nível de conflito predominante na relação conjugal dos seus pais. Tal como a anterior, foi operacionalizada em três categorias, nomeadamente, “Conflito Elevado”, “Conflito Médio”, e “Conflito Baixo”.

Padrões de Vinculação Afectiva

Variáveis contínuas resultantes das pontuações totais dos três padrões de vinculação afectiva obtidos a partir da Escala de Vinculação do Adulto (EVA; Canavarro, 1999).

Atribuições de Ruptura Conjugal

Os principais factores referidos na literatura como causas de ruptura conjugal (Delgado, 1996; Torres, 1996) foram convertidos numa escala ordinal, pontuada de 1 a 5

¹ Algumas destas variáveis, que podem ser consideradas independentes, foram consideradas como dependentes para efeitos de análise.

consoante o grau de importância que o sujeito atribui a cada factor de ruptura conjugal (nenhuma, pouca, média, muita, toda).

4.3. Hipóteses

No presente estudo foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – Os filhos de pais divorciados casam mais cedo que os filhos de pais não divorciados.

Hipótese 2 – Os filhos de pais divorciados entram mais cedo no mercado de trabalho que os filhos de pais não divorciados.

Hipótese 3 – Os participantes divorciados percebem maior conflito conjugal que os casados e esta percepção será maior nos filhos de pais separados.

Hipótese 4 – Os participantes divorciados apresentam mais insegurança na vinculação, e esta será maior nos filhos de pais separados.

Hipótese 5 – A importância dos motivos de ruptura conjugal difere consoante o estado civil dos participantes e o dos seus pais.

Hipótese 6 – Padrões inseguros de vinculação e o conflito conjugal são preditores de divórcio.

Capítulo V

Material e método

5.1. Participantes

Uma amostra é uma parte de uma população a partir da qual se deseja proceder a um certo número de medições, e cujos resultados poderão ser posteriormente utilizados para tirar conclusões relativas à população da qual se extraiu essa amostra (Guéguen, 1999). Em investigação no campo das ciências humanas, a amostragem não-probabilística refere-se a amostras designadas “por conveniência”. A amostragem não tem necessariamente de ser randomizada em todas as situações, podendo recorrer a métodos não-probabilísticos no estudo de um fenómeno social específico, desde que se clarifiquem os critérios de inclusão / exclusão dos participantes (Thomas & Hersen, 2011). Neste sentido, dado o carácter pessoal do tema em estudo, a amostra foi constituída “por conveniência” e diferenciada em casados *versus* divorciados.

Um total de 217 sujeitos pertencentes ao círculo laboral do investigador foi convidado a participar no estudo. 158 sujeitos (73%) devolveram anonimamente os instrumentos. Foram excluídos 38 participantes por terem devolvido questionários muito incompletos. Desta forma, a amostra foi constituída por 120 participantes (77 casados e 43 divorciados). Foram estabelecidos como critérios de exclusão a existência de história psiquiátrica e um nível insuficiente de escolaridade, como garante da adequada compreensão dos instrumentos utilizados na recolha de dados.

As principais características sócio-demográficas dos participantes são apresentadas resumidamente no Quadro 1.

Quadro 1

Características sócio-demográficas dos participantes (N=120).

Variável		Casados N = 77 (64%)	Divorciados N = 43 (36%)	Estatísticas de independência de variância
Sexo	Masculino	37 (48.1%)	24 (55.8%)	$\chi^2 = 0.67, p = .42$
	Feminino	40 (51.9%)	19 (44.2%)	
Idade, Média (DP)		41.5 (7.0)	40.4 (5.3)	$t = 0.96, p = .34$
Escolaridade	Até ao 9º ano	32 (41.6%)	23 (53.5%)	$\chi^2 = 2.24, p = .33$
	Até ao 12º ano	29 (37.6%)	15 (34.9%)	
	Ensino superior	16 (20.8%)	5 (11.6%)	
Estado civil dos pais	Casados	58 (75.3%)	29 (67.4%)	$\chi^2 = 0.86, p = .35$
	Divorciados	19 (24.7%)	14 (32.6%)	

Nota. DP = Desvio-padrão.

Como se pode observar no Quadro 1, as distribuições das variáveis sócio-demográficas não diferem significativamente entre participantes casados e divorciados (para valores de probabilidade inferiores a $p = .05$), o que atesta a adequabilidade do emparelhamento efectuado. De facto, são semelhantes as distribuições de efectivos entre os dois grupos quanto ao género ($\chi^2 = 0.67, p = .42$), níveis de escolaridade ($\chi^2 = 2.24, p = .33$), e estado civil dos pais ($\chi^2 = 0.86, p = .35$). Finalmente, também as médias de idade dos dois grupos de participantes são aproximadas ($t = 0.96; p = .34$), pelo que também esta variável oferece garantia de emparelhamento e sugere que os participantes pertencem a gerações semelhantes (ou igualmente representadas na amostra em estudo).

5.2. Instrumentos

5.2.1 *Questionário Sócio-demográfico e Escala de Motivos de Divórcio*

A recolha de informação sócio-demográfica foi realizada a partir de um questionário com perguntas fechadas construído pelo investigador (ver Anexo I). Variáveis com interesse para o estudo (situação conjugal dos pais, idade de casamento, etc) foram também operacionalizadas. O mesmo questionário avaliou a percepção dos participantes relativamente às atribuições causais de divórcio. Dez dos motivos de divórcio mais frequentemente citados na literatura (Delgado, 1996; Torres, 1996) foram convertidos numa escala ordinal de 10 itens pontuada de 1 a 5 consoante o grau de importância (nenhuma, pouca, média, muita, toda) atribuído a cada um dos factores de ruptura conjugal.

5.2.2 *Escala de Vinculação do Adulto (EVA)*

A avaliação do estilo de vinculação foi medida através da Escala de Vinculação do Adulto (EVA), de Canavarro (1999). A EVA (ver Anexo II) foi concebida a partir da *Adult Attachment Scale-R* (Collins & Read, 1990) para identificar o estilo predominante de vinculação nas relações que o adulto estabelece com os pares. É constituída por 18 itens e utiliza uma escala de resposta ordinal de 5 pontos, que vai de “Nada característico em mim” a “Extremamente característico em mim”. A escala atribui pontuações em três tipos de vinculação. A autora considera-a um instrumento com qualidades psicométricas adequadas e de fácil utilização. Estudos com este instrumento indicaram bons indicadores de fiabilidade e validade (Canavarro, 1999). A sua validade foi testada através de análise factorial tendo sido obtidas três dimensões explicativas de cerca de 46.61 % da variância total. O primeiro factor foi designado por “Vinculação Ansiosa”, o segundo por “Vinculação Segura” e o terceiro por “Vinculação Evitante”. Relativamente ao estudo de consistência interna, a EVA possui valores globais de alpha de Cronbach de .735. A estabilidade da escala, medida por correlação teste / re-teste após seis semanas é de $r=.645$, $p=.000$ (Canavarro, 1999). Cada resposta é pontuada de 1 a 5, somando-se respectivamente a cada item um coeficiente correspondente derivado da análise factorial conduzida pela autora (Canavarro, 1999).

5.3. Procedimentos

Um pré-teste foi conduzido com um grupo de 18 sujeitos (7 homens, 11 mulheres) para avaliar a compreensão dos materiais do estudo, particularmente a Escala de Motivos de Divórcio. O grupo apresentava uma média de idades de 40.3 anos, e uma média de 7.9 anos de escolaridade. Após *debriefing*, nenhuma alteração ou reformulação do conteúdo verbal do protocolo se justificou.

A recolha de dados seguiu um desenho transversal. Os participantes foram recrutados pessoalmente numa grande empresa do sector público. Depois de explicados os objectivos do estudo e garantido o anonimato dos dados a recolher, foi entregue a cada participante um envelope (sem identificação) contendo o protocolo de resposta e o consentimento informado. A Escala de Motivos para o Divórcio e a EVA foram contrabalanceadas para controlar efeitos de *testing* ou fadiga. Após auto-administração dos instrumentos, os participantes devolveram anonimamente o protocolo em envelope fechado ao investigador, depositando-o num cacifo concebido para o efeito.

5.4. Procedimentos de análise estatística

O tratamento estatístico recorreu ao suporte informático “Statistical Package for the Social Sciences” – SPSS (versão 18). Inicialmente conduziram-se análises descritivas exploratórias das distribuições das principais variáveis através dos coeficientes de assimetria e de curtose e da inspecção de “*boxplots*”. Análises de frequências recorreram ao teste do Qui-quadrado com a correcção de Yates. As comparações de médias foram conduzidas através do teste t de Student para amostras independentes.

Para o teste das hipóteses 1 a 5, estratificou-se a amostra consoante o estado civil dos participantes e o estado civil dos seus pais (criando-se assim quatro grupos de comparação) de modo a conduzir-se análises de variância simples (ANOVA) e análises de co-variância (ANCOVA). Para o teste dos pressupostos da ANOVA de normalidade e de homogeneidade das variâncias, conduziram-se, respectivamente, o teste de Kolmogorov-Smirnov e o teste de Levene (Field, 2009; Pestana & Gageiro, 2003) nas variáveis dependentes em questão. Para a condução das ANCOVA efectuou-se o estudo da homogeneidade dos declives de regressão das co-variáveis e das variáveis

dependentes consideradas através da análise dos termos de interação (Field, 2009; Peat & Barton, 2005). O cálculo das ANOVA e ANCOVA recorreu ao “General Linear Model” (GLM). Quando detectados efeitos com significância estatística no GLM, o seu *follow-up* foi conduzido através de comparações *post-hoc* com correcção de Scheffé (ANOVA), ou através de comparações planeadas a partir da matriz de contrastes (ANCOVA). Para o teste da hipótese 5 foram também calculados coeficientes de correlação de Pearson entre as pontuações da Escala de Motivos de Divórcio e os níveis de conflito conjugal e parental.

Para o teste da hipótese 6 foi conduzida uma análise de função discriminante dos participantes, contrastando-os pelo estado civil. Foi explorada a significância estatística das variáveis anteriormente utilizadas quando consideradas como preditoras da função discriminante do estado civil dos participantes.

Adoptou-se em todas as análises o valor de significância estatística de 5%, i.e., um valor de probabilidade inferior a 0.05 ($p < .05$).

Capítulo VI

Resultados e discussão

Hipótese 1 – Os filhos de pais divorciados casam mais cedo que os filhos de pais não divorciados.

O teste da hipótese 1 conduziu-se com análise de variância (ANOVA) da idade de casamento dos participantes na amostra estratificada consoante o estado civil dos participantes e o estado civil dos seus pais. O Quadro 2 apresenta as estatísticas descritivas respectivas a cada grupo e os resultados da ANOVA.

Quadro 2 – Análise de variância da idade de casamento dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais.

Estado civil compósito	Idade de casamento			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	26.40 (3.62)	7.66** (3, 116)	.000
Casados / Pais divorciados	19	23.89 (2.92)		
Divorciados / Pais casados	29	25.10 (2.74)		
Divorciados / Pais divorciados	14	22.36 (1.87)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. ** $p < .01$.

No quadro anterior verifica-se um efeito principal significativo, $F(3,116) = 7.66$, $p < .01$, indicando que a idade média de casamento variou significativamente entre os grupos. As comparações múltiplas *post-hoc* pelo método de Scheffé demonstraram que os participantes divorciados cujos pais se divorciaram casaram significativamente mais cedo que os participantes casados cujos pais se mantêm casados ($p < .01$). Além disso, também os participantes casados cujos pais se divorciaram casaram significativamente mais cedo que os participantes casados cujos pais se mantêm casados ($p = .03$). Finalmente, entre os participantes divorciados, os filhos de divorciados apresentaram uma tendência para também casar mais cedo ($p = .07$, ns).

No seu conjunto, estes resultados são compatíveis com a literatura, que considera o casamento em idades mais jovens simultaneamente uma consequência do divórcio dos pais e um factor de risco para um futuro divórcio (Härkönen & Dronkers, 2006). Esta tendência parece ser transcultural nas sociedades ocidentais (Wolfinger 2005), dado que os filhos de divorciados tendem a casar ainda durante a adolescência.

Hipótese 2 – Os filhos de pais divorciados entram mais cedo no mercado de trabalho que os filhos de pais não divorciados.

Tal como no teste da hipótese anterior, conduziu-se a ANOVA da idade do primeiro emprego dos participantes na amostra estratificada. O Quadro 3 apresenta as estatísticas descritivas de cada grupo e os resultados da ANOVA.

Quadro 3 – Análise de variância da idade do primeiro emprego dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais.

Estado civil compósito	Idade de primeiro emprego			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	19.78 (1.75)	4.89** (3, 116)	.003
Casados / Pais divorciados	19	18.53 (1.61)		
Divorciados / Pais casados	29	19.72 (1.68)		
Divorciados / Pais divorciados	14	18.36 (1.60)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. ** $p < .01$.

A análise do quadro anterior permite concluir que a idade média com que os participantes começaram a trabalhar difere significativamente entre os grupos, $F(3,116) = 4.89$, $p < .01$. A identificação das diferenças recorreu novamente às comparações múltiplas pelo método de Scheffé. Os filhos de divorciados, independentemente de estarem casados ($p = .05$) ou divorciados ($p < .05$), iniciaram significativamente mais cedo a carreira profissional que os participantes casados cujos pais se mantêm casados. No entanto, as diferenças não atingem significância estatística entre o grupo de casados cujos pais estão divorciados e o grupo de divorciados cujos pais se mantêm casados ($p = .12$, ns), nem entre o grupo de divorciados com pais divorciados e o grupo de

divorciados com pais casados ($p = .10$, ns), pelo que só parcialmente se confirma a segunda hipótese.

Estes resultados enquadram-se na perspectiva psicossocial do divórcio, a qual dá relevo às circunstâncias sociais e económicas decorrentes do divórcio na perpetuação de factores de risco entre gerações (Dronkers & Härkönen, 2008). Concretamente, quando o divórcio ocorre num casal de nível sócio-económico baixo ou médio, aumentam as probabilidades dos filhos abandonarem mais cedo a escolaridade e procurarem trabalho para auxiliar nas despesas do agregado familiar (Härkönen & Dronkers, 2006).

Hipótese 3 – Os participantes divorciados percebem maior conflito conjugal que os casados e esta percepção será maior nos filhos de pais separados.

Pelo facto do conflito parental poder modelar as competências relacionais dos filhos e influenciar as percepções destes em relação ao seu próprio casamento (Amato & DeBoer, 2001; Sabatelli & Bartle-Haring, 2003), iniciou-se o estudo desta hipótese com a comparação preliminar da percepção dos níveis de conflito parental entre os participantes. A ocorrerem, as diferenças justificariam o controlo da variável “conflito parental” na análise da percepção de conflito conjugal entre os grupos de participantes. O Quadro 4 apresenta as estatísticas descritivas da percepção de conflito parental de cada grupo e a respectiva ANOVA.

Quadro 4 – Análise de variância do nível de conflito parental dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais.

Estado civil compósito	Nível de conflito parental			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	1.74 (0.69)	2.91* (3, 116)	.038
Casados / Pais divorciados	19	2.16 (0.77)		
Divorciados / Pais casados	29	1.83 (0.68)		
Divorciados / Pais divorciados	14	2.21 (0.79)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. * $p < .05$.

Pela análise do quadro anterior conclui-se que a percepção do nível de conflito parental difere significativamente entre os grupos de participantes, $F(3,116) = 2.91$, $p < .05$. No entanto, as comparações múltiplas obtidas segundo o método de Scheffé não identificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de participantes, o que provavelmente deriva do facto do teste de Scheffé ser consideravelmente conservativo (Peat & Barton, 2005). Em suporte desta explicação, comparações múltiplas obtidas segundo o método “*Least Significant Differences*” (LSD) de Tukey indicaram que a percepção de conflito parental era significativamente superior nos grupos de participantes (casados [$p < .05$] ou divorciados [$p < .05$]) com pais divorciados, quando comparados com o grupo de participantes casados com pais casados.

Deste modo, a análise da presente hipótese pretendeu controlar a influência da exposição ao conflito parental através da análise de co-variância (ANCOVA) das pontuações de conflito conjugal dos participantes. O Quadro 5 apresenta as estatísticas descritivas de cada grupo e os resultados respectivos da ANCOVA.

Quadro 5 – Análise de co-variância do nível de conflito conjugal dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.

Estado civil compósito	Nível de conflito conjugal			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	1.50 (0.63)	11.66** (3, 115)	.000
Casados / Pais divorciados	19	1.68 (0.68)		
Divorciados / Pais casados	29	2.28 (0.70)		
Divorciados / Pais divorciados	14	2.36 (0.75)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. ** $p < .01$.

O quadro anterior demonstra que a percepção do conflito conjugal difere significativamente entre os grupos de participantes, $F(3,116) = 2.91$, $p < .05$, quando controlada a influência da exposição ao conflito parental. O *follow up* deste efeito foi conduzido através da matriz de contrastes².

² Na ANCOVA não são suportadas correcções de graus de liberdade nas comparações múltiplas (Peat & Barton, 2005).

Em suporte da presente hipótese, os grupos de participantes casados reportaram níveis de conflito conjugal significativamente inferiores aos reportados pelos participantes divorciados, estejam os seus pais casados ($p < .01$) ou divorciados ($p < .01$). No entanto, os níveis de conflito conjugal reportados pelo grupo de participantes divorciados com pais casados não diferiram ($p = .826$) dos reportados pelo grupo de participantes divorciados com pais divorciados.

Em suma, verificou-se que a situação de divórcio está associada a uma maior percepção de conflito conjugal, e que este efeito se manifestou igualmente nas relações conjugais dos pais dos participantes. A presente hipótese foi parcialmente confirmada, pois, apesar da percepção de conflito conjugal ser superior entre divorciados, não se verificou que o estado civil dos pais nela tivesse influência.

Os resultados obtidos suportam a ideia de que os casamentos mais duradouros são aqueles que beneficiam de menor nível de conflito conjugal (Gagnon et al., 1999). Segundo Sanders e colaboradores (1999), o divórcio dos pais predispõe os filhos para dificuldades na gestão de conflitos conjugais. Amato e DeBoer (2001) alertam para algumas sutilezas latentes entre estas variáveis: os filhos de divorciados podem ter maior desprendimento com o seu próprio casamento e menor tendência a abdicar de felicidade por estabilidade conjugal. Segundo estes autores, um divórcio dos pais que conclui um casamento pouco conflituoso reforça esta mensagem no casamento dos filhos. Por outro lado, o conflito parental e o divórcio dos pais podem possuir um valor de aprendizagem em certos casos, estimulando os filhos a desenvolver melhores competências de gestão das suas crises conjugais (Dronkers & Härkönen, 2008).

Hipótese 4 – Os participantes divorciados apresentam mais insegurança na vinculação, e esta será maior nos filhos de pais separados.

O teste desta hipótese recorreu à análise de co-variância (ANCOVA) das pontuações médias obtidas na EVA em cada padrão de vinculação do adulto. Cada ANCOVA controlou a influência da exposição ao conflito parental na organização da vinculação e dos estilos relacionais dos participantes. Apresentam-se de seguida os resultados respectivos a cada padrão de vinculação, após os quais será discutida a hipótese.

a) Padrão ansioso

No Quadro 6 são apresentadas os resultados para o padrão ansioso de vinculação da EVA. São também apresentados os respectivos resultados da ANCOVA.

Quadro 6 – Análise de co-variância do padrão ansioso de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.

Estado civil compósito	Padrão ansioso			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	16.85 (3.63)	4.68** (3, 115)	.004
Casados / Pais divorciados	19	15.73 (3.07)		
Divorciados / Pais casados	29	18.73 (3.82)		
Divorciados / Pais divorciados	14	19.42 (3.55)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. ** $p < .01$.

O quadro anterior confirma diferenças nas pontuações do padrão ansioso de vinculação, $F(3,115) = 4.68$, $p < .01$. As comparações planeadas indicaram que os participantes divorciados pontuam significativamente mais que os casados, estejam os seus pais casados ($p < .05$ para ambos os grupos) ou não ($p < .01$ para ambos os grupos).

b) Padrão seguro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos ao padrão seguro de vinculação e à ANCOVA.

Quadro 7 – Análise de co-variância do padrão seguro de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.

Estado civil compósito	Padrão seguro			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	15.31 (2.53)	0.15 (3, 115)	.932
Casados / Pais divorciados	19	15.76 (2.21)		
Divorciados / Pais casados	29	15.36 (2.09)		
Divorciados / Pais divorciados	14	15.59 (2.14)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade.

O quadro anterior indica que as médias de pontuações na EVA para o padrão seguro de vinculação são muito semelhantes entre os grupos, $F(3,115) = 0.15$, $p = .93$, ns.

c) Padrão evitante

O Quadro 8 apresenta as estatísticas descritivas das pontuações de cada grupo de participantes no padrão evitante.

Quadro 8 – Análise de co-variância do padrão evitante de vinculação (EVA) dos participantes consoante o seu estado civil e o dos seus pais, controlando para o efeito do conflito parental.

Estado civil compósito	Padrão evitante			
	<i>N</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
Casados / Pais casados	58	13.25 (3.07)	5.17** (3, 115)	.002
Casados / Pais divorciados	19	14.00 (3.06)		
Divorciados / Pais casados	29	15.82 (3.10)		
Divorciados / Pais divorciados	14	15.29 (3.31)		

Nota. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. ** $p < .01$.

A análise do quadro 8 revelou que as pontuações no padrão evitante de vinculação diferem significativamente entre os grupos, $F(3,115) = 5.17$, $p < .01$, quando controladas as pontuações de conflito parental. A matriz de contrastes indicou que as pontuações do grupo de participantes casados com pais casados foram significativamente inferiores às dos participantes divorciados, quer oriundos de famílias intactas ($p < .01$) quer aqueles cujos pais se divorciaram ($p < .05$).

Globalmente, os resultados dão suporte parcial à presente hipótese. As pontuações de vinculação ansiosa e evitante foram significativamente superiores entre os participantes divorciados, como previsto. No entanto, enquanto o divórcio dos pais destes participantes está associado a pontuações mais elevadas para a vinculação ansiosa, o mesmo não se verifica para a vinculação evitante.

Não surpreende que os participantes divorciados apresentem mais características ansiosas e evitantes na sua vinculação. Além destes padrões estarem associados a

maiores problemas conjugais (Besharat, 2003), o estilo negociador inflexível, despeitoso pelo cônjuge, e pleno de evitamento não augura sucesso para a continuidade de um casamento (Wampler *et al.*, 2003). As vinculações inseguras parecem determinar o desfecho de um casamento sobretudo pela influência da percepção de sensibilidade no cônjuge e do suporte percebido (Cutrona *et al.*, 2007). Dada a natureza transversal deste estudo, e pelo facto de não se ter incluído um instrumento de avaliação do suporte conjugal, não foi possível testar esta ideia nem examinar até que ponto o divórcio potenciou igualmente características de insegurança pré-existentes no sujeito.

O facto de não terem ocorrido diferenças em concreto no padrão “seguro” sugere que a influência deste padrão de vinculação é menos notória que as decorrentes dos padrões inseguros nos conflitos conjugais conducentes a divórcio. Os estudos conduzidos com casais em terapia conjugal focam normalmente os padrões inseguros de vinculação por serem os que mais influenciam o nível comunicacional dos cônjuges (Besharat, 2003; Wampler *et al.*, 2003). Por outro lado, é possível que o padrão “seguro” de vinculação tenha maior influência em aspectos da conjugalidade que dependam da tomada de decisões (Alexandrov *et al.*, 2005), influenciando desse modo a satisfação conjugal. Esta conjectura permite igualmente especular que quem toma a decisão de um divórcio terá necessariamente características de uma vinculação segura.

Hipótese 5 – A importância dos motivos de ruptura conjugal difere consoante o estado civil dos participantes e o dos seus pais.

O estudo preliminar desta hipótese começou por examinar o grau de associação entre cada um dos dez motivos de ruptura conjugal e os níveis de conflito parental e conjugal. Para esse efeito determinaram-se correlações de Pearson entre estas variáveis na amostra total, as quais se apresentam no Quadro 9.

Pela análise do Quadro 9, verificam-se associações positivas significativas entre várias causas de divórcio, sugerindo alguma concordância no modo como os participantes avaliaram a sua importância para um processo de divórcio. Assim, por exemplo, e entre outras, a “independência” está fortemente associada às “questões económicas” e aos “aspectos físicos”, os “ciúmes” fortemente associados à “infidelidade” e à “violência familiar”, a “falta de diálogo” à “falta de amor”, etc. No Quadro 9 observam-se ainda

algumas correlações negativas significativas entre as avaliações de algumas causas de divórcio. Como exemplo, à valorização dos “aspectos físicos” associou-se a uma certa desvalorização da “falta de amor” e da “falta de diálogo” como causas de divórcio.

Além das correlações assinaladas, o Quadro 9 também demonstra uma correlação positiva fraca ($p < .05$) entre o nível de conflito conjugal e as questões de “insegurança” como motivo de divórcio. De modo semelhante, os níveis de conflito parental estão também associados às “questões económicas” como motivo de divórcio. Pelo que o teste desta hipótese prosseguiu com a ANOVA das pontuações nos vários motivos de divórcio, à excepção da “insegurança” e das “questões económicas”, sujeitos a ANCOVA para controlar a influência, respectivamente, do conflito conjugal e do conflito parental.

O Quadro 10 apresenta as pontuações de cada grupo de participantes nos motivos de divórcio e os respectivos resultados das ANOVA e ANCOVA. Para o estudo dos pressupostos da ANCOVA, como anteriormente se efectuou, analisou-se o termo da interacção “estado civil compósito” \times “conflito conjugal” nas pontuações de “insegurança” ($p = .85$, ns), e o termo da interacção “estado civil compósito” \times “conflito parental” nas pontuações das “questões económicas” ($p = .36$, ns), as quais validaram as respectivas ANCOVA.

Quadro 9 – Coeficientes de correlação entre os itens da Escala de Motivos de Divórcio e os níveis de conflito conjugal e parental na amostra total.

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Amostra total (n = 120)												
1. Independência	—	,441**	,335**	,136	-,010	,009	-,194*	,069	-,140	-,006	-,022	,094
2. Questões económicas		—	,147	,123	,118	-,014	-,123	,000	-,096	-,154	,070	,200*
3. Aspectos físicos			—	-,077	-,242**	-,114	-,392**	-,083	-,080	-,006	,034	,101
4. Ciúmes				—	,238**	,362**	,153	,292**	,268**	,341**	-,028	,099
5. Falta de amor					—	,295**	,359**	,305**	,158	,358**	-,040	-,056
6. Infidelidade						—	,178	,227*	,204*	,490**	,037	,006
7. Falta de diálogo							—	,147	,481**	,266**	,044	,011
8. Problemas sexuais								—	,208*	,341**	-,054	-,170
9. Insegurança									—	,338**	,183*	,014
10. Violência familiar										—	-,041	,032
11. Conflito conjugal											—	,132
12. Conflito parental												—

Nota. *p < .05; **p < .01.

Quadro 10 – Resultados das ANOVA e ANCOVA (itens “insegurança” e “questões económicas”) dos motivos de divórcio consoante o estado civil dos participantes e o dos seus pais.

<i>Motivos de divórcio</i>	<i>Casados</i>	<i>Casados</i>	<i>Divorciados</i>	<i>Divorciados</i>	<i>F (gl)</i>	<i>p</i>
	<i>Pais casados</i> (<i>n</i> = 58)	<i>Pais divorciados</i> (<i>n</i> = 19)	<i>Pais casados</i> (<i>n</i> = 29)	<i>Pais divorciados</i> (<i>n</i> = 14)		
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>		
Independência	2.98 (1.10)	3.26 (1.28)	2.66 (1.37)	3.29 (1.27)	1.32 (3, 116)	.270
Questões económicas ¹	2.81 (1.12)	2.74 (1.20)	2.38 (1.32)	3.00 (1.62)	1.04 (3, 115)	.378
Aspectos físicos	2.19 (1.15)	1.68 (0.82)	2.31 (1.17)	2.79 (1.37)	2.64 (3, 116) †	.053
Ciúmes	2.71 (1.20)	3.05 (0.78)	2.21 (1.15)	2.36 (0.93)	2.71 (3, 116)*	.049
Falta de amor	3.95 (1.16)	3.79 (1.03)	3.38 (1.22)	2.93 (1.27)	3.75 (3, 116)*	.013
Infidelidade	3.31 (1.26)	3.53 (1.12)	3.28 (1.53)	3.29 (1.14)	0.17 (3, 116)	.918
Falta de diálogo	3.91 (0.94)	4.16 (0.90)	4.17 (0.97)	3.71 (1.07)	1.06 (3, 116)	.370
Problemas sexuais	3.33 (1.46)	3.58 (1.17)	2.97 (1.18)	2.71 (1.14)	1.65 (3, 116)	.183
Insegurança ²	3.03 (1.24)	3.37 (1.30)	3.24 (1.22)	3.36 (0.93)	0.30 (3, 115)	.825
Violência familiar	3.59 (1.43)	3.84 (0.94)	2.83 (1.42)	3.29 (1.27)	2.87 (3, 116)*	.040

Nota. ¹Avaliado por ANCOVA com o “conflito parental” como co-variável. ²Avaliado por ANCOVA com o “conflito conjugal” como co-variável. DP = Desvio-padrão; gl = graus de liberdade. *p < .05; †p = .05.

Pela análise do Quadro 10, conclui-se que os vários grupos de participantes são relativamente semelhantes na importância que atribuem à maior parte dos motivos de divórcio. Apesar disso, foram detectadas diferenças estatisticamente significativas entre grupos para as pontuações dos “aspectos físicos”, “ciúmes”, e “falta de amor”. Uma vez mais, as comparações obtidas pelos testes *post-hoc* de Scheffé não identificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, pelo que se recorreu ao “*Least Significant Differences*” (LSD).

Relativamente aos “aspectos físicos”, os filhos de divorciados diferem entre si: os indivíduos divorciados atribuíram a este motivo de divórcio uma importância significativamente superior ($p < .01$) à atribuída pelos indivíduos casados. Além disso, os participantes divorciados com pais casados tiveram uma tendência ($p = .06$) para valorizar mais este motivo de divórcio que os participantes casados cujos pais estão divorciados.

Relativamente aos “ciúmes”, os divorciados com pais casados valorizaram menos este motivo que os participantes casados, independentemente do estado civil dos pais ($p < .05$).

A “falta de amor” foi sobretudo valorizada pelos participantes casados oriundos de famílias intactas, tendo a diferença atingido significância estatística em relação a ambos os grupos de participantes divorciados ($p < .01$ para o grupo com pais divorciados e $p < .05$ para o grupo com pais casados). Além disso, entre filhos de divorciados, também aqueles que se encontram casados atribuíram uma importância significativamente superior à “falta de amor” como motivo de divórcio ($p < .05$).

Finalmente, em relação à “violência familiar”, os participantes divorciados oriundos de famílias intactas apresentaram pontuações significativamente inferiores às dos participantes casados, qualquer que fosse a situação conjugal dos seus pais ($p < .05$ para ambos os grupos).

Globalmente, a presente hipótese foi parcialmente confirmada. O estado civil dos pais dos participantes, contrariamente ao que se previa, não teve influências notórias nas diferenças detectadas. Aparentemente, estas são condicionadas sobretudo pela situação conjugal dos participantes. Além disso, a maior parte dos motivos de divórcio avaliados não diferiram significativamente entre os grupos (ver por exemplo a “infidelidade” ou a “insegurança”), parecendo traduzir crenças culturais consistentes na idêntica avaliação que casados e divorciados realizam; não obstante, os participantes casados atribuíram mais importância do que os divorciados aos “ciúmes”, à “falta de amor”, aos “problemas sexuais”, e à “violência familiar” enquanto motivos de ruptura conjugal. Pelo seu lado, os participantes divorciados distinguiram-se pela maior importância atribuída aos “aspectos físicos” como motivo de ruptura conjugal.

A ausência de influência do estado civil dos pais na série de motivos de divórcio acima avaliados não seria de prever à luz dos trabalhos de Dronkers e Härkönen (2008). Para estes autores, os filhos de divorciados incorporam atitudes e modelos comportamentais que irão mais tarde destabilizar a sua união conjugal (Dronkers & Härkönen, 2008), predispondo-os para dificuldades na gestão de conflitos conjugais (Sanders *et al.*, 1999). No entanto, reconhece-se que o presente estudo não avaliou a posição cronológica do divórcio dos pais em relação ao ciclo vital dos filhos: é possível que esta modere a influência intergeracional descrita por Dronkers e Härkönen (2008). Noutras palavras, a modelagem de atitudes e de comportamentos dos filhos poderá ser incipiente se o

divórcio dos pais ocorrer durante idades muito precoces. O mesmo será de esperar da exposição dos filhos a conflito parental. De facto, quando a separação dos pais culmina um casamento altamente conflituoso, o risco de divórcio dos filhos tende a não diferir do de descendentes de famílias intactas (Amato & DeBoer, 2001).

A não ocorrência de diferenças na “independência”, “infidelidade”, e “falta de diálogo” pode explicar-se pelo facto destas atribuições serem unanimemente valorizadas (Costa, 1994; Torres, 1996; Relvas, 2000). Isto é, a infidelidade, por exemplo, é reconhecida como uma causa importante de divórcio independentemente do estado civil. Por outro lado, algumas das atribuições examinadas, como os ciúmes (Levy & Kelly, 2010) ou a violência familiar (Doumas, Pearson, Elgin, & McKinley, 2008), são também influenciadas pelos padrões de vinculação afectiva dos cônjuges, o que motiva a sexta e última hipótese deste trabalho. Além disso, a literatura tem reconhecido que o risco de violência contra as mulheres após uma ruptura conjugal depende de possessividade e de ciúmes sexuais, risco esse acrescido nas mulheres casadas quando comparadas com mulheres separadas ou divorciadas (Brownridge *et al.*, 2008). A este respeito, Amato e Booth (2001) referem que certas atitudes parentais como o criticismo, os ciúmes e a possessividade exagerados, tendem a prever a destabilização no casamento dos filhos, qualquer que seja o estado civil dos seus pais.

Curiosa foi a maior importância atribuída pelos participantes divorciados aos “aspectos físicos” enquanto motivo de divórcio. É lugar-comum que a dimensão corporal, sexual, tem papel crucial no estabelecimento de novas relações, mas será que a sua preponderância perdura ao longo do tempo? Alguns autores demonstraram que os níveis de atracção física de cada cônjuge são interdependentes e influenciam a comunicação do casal: quando os maridos são considerados mais atraentes do que as esposas reportam mais insatisfação conjugal; paralelamente, quando as esposas são consideradas mais atraentes que os maridos, a sua comunicação é mais positiva (McNulty, Neff, & Karney, 2008). Um estudo com 307 mulheres de meia-idade realça ainda outra associação (eventualmente na base dos “problemas sexuais” como uma das atribuições de divórcio): as mulheres que progressivamente se percebem como menos atraentes, reportam maiores decréscimos na libido e relações sexuais menos frequentes (Koch, Mansfield, Thureau, & Carey, 2005). A estes aspectos não são indiferentes as modificações corporais

que o ciclo vital acarreta a cada cônjuge. Nos seus estudos sobre preferências femininas, Singh (2004) concluiu que todas as participantes, independentemente da idade ou do NSE, preferiam homens com a relação cintura-quadril dentro dos padrões masculinos (i.e., sem abdómen proeminente), e de estatuto financeiro elevado.

As modificações corporais decorrentes da maternidade são também uma queixa feminina frequente com impacto na relação conjugal. Um estudo com 57 casais verificou que as mulheres com índice de massa corporal mais elevado tinham pior qualidade relacional e mais fraca auto-confiança; além disso, os seus parceiros avaliavam-nas como pouco atraentes e discrepantes dos seus ideais de beleza (Boyes & Latner, 2009). Não será por acaso que um recente estudo Norueguês avaliou as preferências de cirurgia estética em 1862 mulheres e verificou que o interesse na abdominoplastia e na lipoaspiração era sobretudo previsto por modificações corporais após a maternidade e por taxas elevadas de divórcio (Javo & Sørli, 2010).

Hipótese 6 – Padrões inseguros de vinculação e o conflito conjugal são preditores de divórcio.

A presente hipótese justificou-se por um interesse meramente exploratório. O seu teste recorreu à análise da função discriminante dos participantes casados *versus* divorciados para determinar a importância das variáveis estudadas anteriormente para a previsão do estado conjugal actual dos sujeitos.

O Quadro 11 apresenta os resultados obtidos pela análise da função discriminante (método *stepwise*) dos participantes casados *versus* divorciados. Nele se observa que a função discriminante distingue com eficácia os dois grupos e contribui para explicar 42% ($1 - \text{Lambda de Wilks}$; Pestana & Gageiro, 2003) da variância devida à pertença ao grupo nas pontuações das variáveis analisadas. As cinco variáveis que compõem a função discriminante obtida (i.e., que mais contribuem para minimizar o *Lambda de Wilks*) são, por ordem decrescente de importância, o nível de conflito conjugal experimentado, o padrão “ansioso” de vinculação, a “falta de amor” como motivo de divórcio, o padrão “evitante” de vinculação, e a idade de casamento.

Quadro 11 – Análise de função discriminante dos participantes casados versus divorciados.

<i>Variável</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Nível de conflito conjugal	35.76**	.000
Padrão ansioso de vinculação	25.48**	.000
Falta de amor	21.37**	.000
Padrão evitante de vinculação	19.22**	.000
Idade de casamento	16.62**	.000
λ de Wilks = .58		
$X^2 = 63.25$	<i>Graus de Liberdade = 5</i>	.000 **

Nota. N = 120. **p < .01.

Finalmente, o Quadro 12 demonstra a eficácia da função discriminante na classificação dos participantes, i.e., até que ponto o conjunto de variáveis em análise consegue prever correctamente a que grupo (casados *versus* divorciados) pertence cada participante da presente amostra.

Quadro 12 – Classificação dos participantes (casados *versus* divorciados) segundo a função discriminante obtida.

		Grupo predito		% de classificação correcta
		<i>Casados</i>	<i>Divorciados</i>	
Grupo observado	Casados (N = 77)	63 (82%)	14 (18%)	82
	Divorciados (N = 43)	9 (21%)	34 (79%)	79
	Total	72	48	81

Nota. N = 120.

Pela análise do Quadro 12 é possível verificar que 82% dos participantes casados e 79% dos participantes divorciados (aproximadamente 81% dos casos originais) foram correctamente classificados. As percentagens elevadas encontradas atestam a robustez da análise.

Os resultados descritos confirmam a presente hipótese. Não surpreendentemente, o conflito conjugal foi a variável com maior poder preditivo no divórcio. Para esta ruptura parecem contribuir também a idade do casamento, que como se viu, é um factor de risco independente para o divórcio (Härkönen & Dronkers, 2006), assim como défices de competências comunicacionais decorrentes dos padrões inseguros (ansioso e evitante) de vinculação afectiva.

Neste sentido, os resultados suportam a ideia de que os diferentes estilos de vinculação são bons preditores do grau de satisfação conjugal e das estratégias de resolução de problemas que o casal adopta em situações de crise conjugal (Pistole, 1989; Besharat, 2003; Wampler *et al.*, 2003). Indivíduos com padrões mais inseguros expressam mais afecto negativo, mais desrespeito pelo cônjuge, mais evitamento, e menor flexibilidade (Wampler *et al.*, 2003). Além disso, o padrão de vinculação afectiva influencia comportamentos, percepções, e atribuições do sujeito (Bradbury & Fincham, 1990), que têm efeitos directos na satisfação conjugal, desde a percepção da trivial distribuição de tarefas domésticas (Badr & Acitelli, 2008), à percepção de sensibilidade e suporte (Cutrona *et al.*, 2007), até ao tipo de resposta emocional aos ciúmes. Indivíduos evitantes consideram os ciúmes da infidelidade sexual mais devastadores que os ciúmes da infidelidade emocional, enquanto o inverso se manifesta em sujeitos seguros (Levy & Kelly, 2010). O padrão seguro de vinculação pode, por isso, promover resiliência durante situações de conflito conjugal, enquanto os padrões ansioso e evitante parecem funcionar como factores de risco para ruptura. O risco aumenta se ambos forem os padrões de vinculação predominantes no casal (Weiss, 1982), podendo redundar em situações de violência. De facto, Bond e Bond (2004) avaliaram casais em terapia conjugal e identificaram uma “receita explosiva” com alto poder preditivo de violência conjugal: juntar uma esposa com vinculação ansiosa e um marido com vinculação evitante, umas “pitadas” de défices comunicacionais, e “deixar apurar” num casamento que se arraste no tempo...

Capítulo VII

Principais conclusões e limitações

As hipóteses analisadas pelo presente estudo permitem tecer algumas considerações. *Primeiro*, foi possível demonstrar que quando comparados com participantes casados oriundos de famílias intactas, os filhos de divorciados revelam as tendências preconizadas pela perspectiva sociológica da transmissão intergeracional do divórcio: casam mais cedo e iniciam mais cedo a sua vida profissional. Esses resultados são consistentes com a visão de que os filhos de famílias monoparentais estarão numa posição socialmente desvantajosa em consequência do divórcio dos pais.

No entanto, esta conclusão merece reservas. Por um lado, o poder amostral do presente estudo é limitado e constituirá eventualmente a razão de não ter sido totalmente esclarecida a influência do estado civil dos pais para as hipóteses 1 e 2. Não foram detectadas diferenças nas comparações entre os grupos de filhos de divorciados e o grupo de participantes divorciados cujos pais estão casados. Por outro lado, a comparação de variáveis sócio-demográficas é demasiado “estática” para a compreensão do fenómeno de influência transgeracional numa investigação com um desenho transversal. Na realidade, o presente estudo não inquiriu os participantes sobre a sua idade aquando do divórcio parental ou aquando do seu próprio divórcio, nem sobre o percurso relacional dos pais (novas uniões conjugais), e esta é uma importante limitação na compreensão cronológica dos fenómenos que deverá ser colmatada em estudos futuros: não só porque a monoparentalidade constitui um factor sociológico de risco mais importante quando o divórcio parental ocorre durante a infância do indivíduo (Lyngstad & Engelhardt, 2009), mas também porque as influências do divórcio parental na relação conjugal dos filhos parecem ser maiores durante os anos iniciais de casamento (Amato, 1996). Uma outra limitação notória deste tipo de estudo é a dificuldade em quantificar ou estimar um indicador sócio-económico para os participantes e suas famílias de origem no momento em que ocorreu o divórcio parental (e o divórcio dos participantes). Sem o controlo estatístico de uma variável deste tipo, não é possível garantir que eventuais diferenças

detectadas entre participantes de famílias monoparentais e participantes de famílias intactas nas idades de casamento ou do primeiro emprego reflectam *verdadeiramente* uma desvantagem social decorrente do divórcio parental: este não terá necessariamente iguais concomitantes entre famílias de baixo e elevado nível sócio-económico.

Segundo, a discussão da terceira hipótese permitiu concluir que as situações de divórcio parecem estar invariavelmente associadas a maior conflito conjugal. Talvez por isso a influência da exposição ao conflito parental no conflito conjugal das relações dos participantes tenha sido inconclusiva.

Vários factores metodológicos merecem consideração. O primeiro reparo poderá ser feito à pouca especificidade com que a avaliação dos níveis de conflito conjugal (tanto o dos participantes como o dos seus pais) foi realizada (“Conflito Elevado”, “Conflito Médio”, e “Conflito Baixo”). Apesar do item se referir ao “nível de conflito predominante”, é possível que as idiosincrasias dos participantes tenham influenciado as pontuações. Por essa razão, a pouca especificidade da escala poderá originar resultados que não permitam detectar uma influência intergeracional do conflito parental no conflito conjugal das relações dos participantes. Uma sugestão para estudos futuros seria não só a adopção de medidas mais criteriosas de conflito conjugal, como também a inclusão de instrumentos que caracterizassem os níveis de satisfação conjugal, como o “*Kansas Marital Satisfaction Scale*”, o “*Quality of Marriage Index*”, entre outros. Desejavelmente, por razões óbvias, ambos os cônjuges (ou ex-cônjuges) deveriam participar nesse estudo e essa é eventualmente uma das principais limitações do presente estudo. Um segundo reparo refere-se, necessariamente, à avaliação indirecta do conflito parental. A ausência de informação cronológica sobre o divórcio parental acima referida não só limita a compreensão de eventuais influências intergeracionais como também não permite excluir viés de memória no relato dos filhos, sobretudo nos casos em que o divórcio parental ocorreu cedo no seu desenvolvimento. Uma vez mais, desejavelmente, estudos futuros direccionados ao estudo da transmissão intergeracional de factores de risco para o divórcio deveriam recrutar igualmente os pais dos participantes, sendo essa outra das principais limitações do presente estudo.

Terceiro, a discussão da hipótese 4 demonstrou que o divórcio está associado a uma vinculação adulta insegura, e sugeriu que a experiência do divórcio dos pais se associa a maior ansiedade na vinculação adulta.

No entanto, vários aspectos merecem discussão. Por um lado, dadas as limitações já expostas, não foi possível clarificar qual o impacto do conflito parental na vinculação adulta e relação conjugal dos filhos. É plausível que um frequente testemunho de conflitos entre os pais “convoque” mais tarde esta ansiedade para a união conjugal, eventualmente por interações complexas entre percepções, atitudes e a personalidade do próprio/do cônjuge (Bradbury & Fincham, 1990). Na realidade, existem estudos que demonstram que o conflito experimentado na relação dos pais é um determinante importante na reactividade futura ao *stress* psicológico e na regulação autónoma da ansiedade (Jeckel *et al.*, 2010). Trata-se de uma variável importante a considerar em estudos futuros que avaliem a vinculação do adulto nos filhos de divorciados, particularmente a vinculação ansiosa. Num estudo recente com filhos de divorciados, os jovens com padrões mais inseguros eram, precisamente, quem caracterizava a relação parental como mais negativa (Carranza, Kilmann, & Vendemia, 2009), sugerindo que mais do que o divórcio dos pais será relevante o comportamento que a ele conduziu.

Por outro lado, apesar da vinculação ansiosa poder aumentar o risco de divórcio, os pais dos participantes não foram avaliados quanto à sua *vinculação adulta*, pelo que fica por esclarecer a importância intergeracional deste eventual factor de risco. Como já se referiu, foi demonstrada a transmissão de padrões de vinculação ao longo de pelo menos três gerações (Hautamäki *et al.*, 2010; Shah *et al.*, 2010), mas todos estes estudos centraram-se na transmissão de características de vinculação entre pais e filhos. Ora a EVA avalia a qualidade da vinculação do adulto nas suas relações interpessoais e *não necessariamente* a qualidade da vinculação estabelecida entre pais e filhos. Para o esclarecimento desta questão teórica (central, em nossa opinião) faltam estudos que examinem a validade concorrente da EVA com outros instrumentos de avaliação de vinculação. De modo semelhante, desconhece-se a sua estabilidade temporal em relação a acontecimentos históricos importantes nas relações interpessoais do adulto (apenas se conhece a correlação teste / re-teste para um período de seis semanas; Canavarro, 1999); a partir do presente estudo, não é claro até que ponto as características de vinculação

avaliadas pela EVA antecedem ou são o resultado da experiência de divórcio. Um último reparo em relação à EVA é o seu fraco poder discriminativo: a fórmula de adição de coeficientes no cálculo das pontuações de cada padrão de vinculação não permite a identificação de um padrão predominante. Como exemplo, as médias das pontuações do grupo de participantes casados oriundos de famílias intactas para os padrões ansioso, seguro, e evitante foram, respectivamente, 16.85, 15.31, e 13.25, o que poderia sugerir que o padrão ansioso de vinculação seria o predominante destes participantes. Talvez por estas razões, os estudos desenvolvimentais que examinam as influências da vinculação do adulto nas relações conjugais usam abordagens mais ecológicas e qualitativas na tentativa de contrariar a erroneidade e a deseabilidade do “papel-e-lápis” (Wampler *et al.*, 2003).

Quarto, a discussão da hipótese 5 permitiu concluir que o divórcio parental tem pouca influência nas atribuições que os filhos fazem sobre o fenómeno do divórcio; antes, estas parecem depender do facto dos participantes terem ou não passado pela experiência. Além disso, a maior parte dos motivos de divórcio foi avaliada de modo muito semelhante entre os grupos.

Novamente se devem aqui realçar dois aspectos. Por um lado, é possível que a ausência de diferenças na maior parte dos motivos de divórcio avaliados resulte de alguma homogeneidade veiculada por normas culturais, ou pela semelhança na escolaridade dos participantes. Além disso, a estratificação da amostra pode ter reduzido o poder amostral necessário à detecção de pequenas diferenças de resposta para esta hipótese (e eventualmente as anteriores) nas ANOVAs e ANCOVAs. Estudos futuros deverão por isso garantir um maior tamanho amostral antes de proceder a análise de uma amostra estratificada. Por outro lado, as correlações determinadas para a amostra total sugerem como que dois “clusters” de resposta, um agrupando itens como a “independência”, as “questões económicas” e os “aspectos físicos”, e outro agrupando itens como os “ciúmes”, a “falta de amor”, os “problemas sexuais”, e a “violência familiar”. Contrapondo as correlações obtidas com as diferenças pontuais detectadas nesta hipótese, quase se pode especular que cada “cluster” traduz a *opinião geral* de casados e divorciados sobre o fenómeno, como que “um antes e um depois” do divórcio, os quais, obviamente não são concretizáveis num desenho transversal. A este facto acresce, novamente, a “incógnita” cronológica do divórcio parental. É provável que a aparente

ausência de influência do divórcio parental nas atribuições de divórcio dos filhos seja o resultado da passagem do tempo combinado com a redução do poder amostral.

Finalmente, a discussão da hipótese 6 permitiu identificar um grupo de variáveis com um considerável poder preditivo da situação conjugal dos participantes. Estudos futuros assentes em desenhos metodológicos mais robustos, preferencialmente longitudinais e estudando as díades conjugais, poderão tentar replicar estes resultados (c.f., Gottman e Notarius, 2000). A conjugalidade, com a sua dinâmica, temporalidade, identificação individual e colectiva, não é passível de ser compreendida através do simples auto-relato transversal de apenas um dos cônjuges.

Seguramente que vários factores estarão intrincados na agregação destas variáveis para a predição do divórcio, como se realçou na hipótese 6. A sua identificação, no entanto, tem implicações importantes. Por um lado, pode ajudar a restringir a pesquisa futura sobre os mecanismos de transmissão intergeracional do divórcio. Por outro lado, caso se venham a replicar estes resultados num estudo longitudinal, eles podem contribuir como variáveis de (mau) prognóstico clínico para casais em terapia conjugal.

Para concluir, o presente trabalho resulta numa contribuição de suporte a ambas as perspectivas vigentes na explicação da transmissão intergeracional do divórcio, alertando para as dificuldades metodológicas no estudo do fenómeno. Além de propor “novos” factores explicativos na análise dessa dinâmica (e.g., vinculação do adulto e atribuições de divórcio), aponta variáveis cuja associação com o estado civil dos participantes sugere algum poder preditivo do “perfil do divorciado”. Outros estudos poderão caracterizar a influência de variáveis de suposta transmissão intergeracional quanto à adaptação individual à crise, e à criação de um novo sistema conjugal. A existirem, os efeitos intergeracionais deverão evidenciar-se ao longo do ciclo vital com variações que poderão ser previstas e contextualizadas, para que se tornem alianças no processo terapêutico.

Bibliografia

- Ainsworth, M. (1974). *The Secure Base*. New York: Johns Hopkins University Press.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alexandrov, E. O., Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2005). Couple attachment and the quality of marital relationships: method and concept in the validation of the new couple attachment interview and coding system. *Attachment & Human Development*, 7, 123-152.
- Almeida, L., & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: APPORT.
- Amato, P. R. (1996). Explaining the intergenerational transmission of divorce. *Journal of Marriage and Family*, 58, 628-640.
- Amato, P. R., & DeBoer, D. (2001). The transmission of divorce across generations: Relationship skills or commitment to marriage? *Journal of Marriage and Family*, 63, 1038-1051.
- Amato, P. R., & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well-being of children: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110, 26-46.
- Amato, P. R., & James, S. (2010). Divorce in Europe and the United States: Commonalities and differences across nations. *Family Science*, 1, 2-13.
- Armsden, G. C., & Greenberg, M. T. (1987). The inventory of parent and peer attachment: Individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16, 427-454.
- Badr, H., & Acitelli, L. K. (2008). Attachment insecurity and perceptions of housework: Associations with marital well-being. *Journal of Family Psychology*, 22, 313-319.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2011). Differential susceptibility to rearing environment depending on dopamine-related genes: new evidence and a meta-analysis. *Development and Psychopathology*, 23, 39-52.

- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Bar-On, D., Eland, J., Kleber, R. J., Krell, R., Moore, Y., Sagi, A. *et al.* (1998). Multigenerational Perspectives on Coping with the Holocaust Experience: An Attachment Perspective for Understanding the Developmental Sequelae of Trauma across Generations. *International Journal of Behavioral Development*, 22, 315-338.
- Barnhill, L. R. (1979). Healthy family systems. *The Family Coordinator*, 28, 94-100.
- Bateson, G. (1978). The birth of a matrix or double bind and epistemology. In M. Berger (Ed.), *Beyond the Double Bind* (pp. 39-64). New York: Brunner/Mazel.
- Berger, M. (1998). *A Criança e o Sofrimento da Separação*. Lisboa: Climepsi.
- Berman, W., & Sperling, M. (1994). The structure and function of adult attachment. In M. Sperling & W. Berman (Eds.), *Attachment in Adults - Clinical and Developmental Perspectives* (pp. 3-28). New York: Guilford Press.
- Besharat, M. A. (2003). Relation of attachment style with marital conflict. *Psychological Reports*, 92, 1135-1140.
- Black, K. A. (2002). Associations between adolescent-mother and adolescent-best friend interactions. *Adolescence*, 37, 235-253.
- Bond, S. B., & Bond, M. (2004). Attachment styles and violence within couples. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 192, 857-863.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss: Loss, Sadness and Depression (III)*. New York: Basic Books.
- Boyes, A. D., & Latner, J. D. (2009). Weight stigma in existing romantic relationships. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 35, 282-293.
- Bradbury, T. N., & Fincham, F. D. (1990). Attributions in marriage: review and critique. *Psychological Bulletin*, 107, 3-33.

- Brazelton, T., & Cramer, B. (2001). *A Relação Mais Precoce* (3 ed.). Lisboa: Terramar.
- Brownridge, D. A., Chan, K. L., Hiebert-Murphy, D., Ristock, J., Tiwari, A., Leung, W. C. *et al.* (2008). The elevated risk for non-lethal post-separation violence in Canada: a comparison of separated, divorced, and married women. *Journal of Interpersonal Violence*, *23*, 117-135.
- Bryant, C., & Conger, R. (2002). An Intergenerational Model of Romantic Relationship Development. In A. Vangelisti, H. Resiss, & M. Fitzpatrick (Eds.), *Stability and Change in Relationships* (pp. 57-82). New York: Cambridge University Press.
- Buss, D. M. (2000). The evolution of happiness. *American Psychologist*, *55*, 15-23.
- Canavarro, M. (1999). *Relações Afetivas e Saúde Mental*. Coimbra: Quarteto.
- Carranza, L. V., Kilmann, P. R., & Vendemia, J. M. (2009). Links between parent characteristics and attachment variables for college students of parental divorce. *Adolescence*, *44*, 253-271.
- Collins, N. L., & Read, S. J. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, *58*, 644-663.
- Congdon, E., & Canli, T. (2008). A neurogenetic approach to impulsivity. *Journal of Personality*, *76*, 1447-1484.
- Costa, M. E. (1994). *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento*. Lisboa: Edições ASA.
- Crowell, J., Treboux, D., & Brockmeyer, S. (2009). Parental divorce and adult children's attachment representations and marital status. *Attachment & Human Development*, *11*, 87-101.
- Cui, M., Durtschi, J. A., Donnellan, M. B., Lorenz, F. O., & Conger, R. D. (2010). Intergenerational transmission of relationship aggression: a prospective longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, *24*, 688-697.

- Cutrona, C. E., Shaffer, P. A., Wesner, K. A., & Gardner, K. A. (2007). Optimally matching support and perceived spousal sensitivity. *Journal of Family Psychology, 21*, 754-758.
- D'Onofrio, B. M., Turkheimer, E., Emery, R. E., Harden, K. P., Slutske, W. S., Heath, A. C. *et al.* (2007). A Genetically Informed Study of the Intergenerational Transmission of Marital Instability. *Journal of Marriage and Family, 69*, 793-809.
- D'Onofrio, B. M., Turkheimer, E., Emery, R. E., Slutske, W. S., Heath, A. C., Madden, P. A. *et al.* (2006). A genetically informed study of the processes underlying the association between parental marital instability and offspring adjustment. *Developmental Psychology, 42*, 486-499.
- Delgado, P. (1996). *Divórcio e Separação em Portugal - Análise Social e Demográfica do Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Diekmann, A., & Engelhardt, H. (1999). The Social Inheritance of Divorce: Effects of Parent's Family Type in Postwar Germany. *American Sociological Review, 64*, 783-793.
- Diekmann, A., & Schmidheiny, K. (2004). *The Intergenerational Transmission of Divorce: A Fifteen-Country Study with the Fertility and Family Survey*. ETH Zurich Sociology Working Paper.
- Dolto, F. (1999). *A Criança e a Família*. Lisboa: Pergaminho.
- Doumas, D. M., Pearson, C. L., Elgin, J. E., & McKinley, L. L. (2008). Adult attachment as a risk factor for intimate partner violence: the "mispairing" of partners' attachment styles. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 616-634.
- Dronkers, J., & Härkönen, J. (2008). The intergenerational transmission of divorce in cross-national perspective: results from the Fertility and Family Surveys. *Population Studies, 62*, 273-288.
- Duvall, E. M. (1957). *Family Development*. Philadelphia: Lippincott.

- Ellis, B. J., Boyce, W. T., Belsky, J., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van Ijzendoorn, M. H. (2011). Differential susceptibility to the environment: an evolutionary-neurodevelopmental theory. *Development and Psychopathology*, *23*, 7-28.
- Emery, R. E., Waldron, M., Kitzmann, K., & Aaron, J. (1999). Delinquent behavior, future divorce or nonmarital childbearing, and externalizing behavior among offspring: A 14-year prospective study. *Journal of Family Psychology*, *13*, 568-579.
- Engelhardt, H., Trappe, H., & Dronkers, J. (2002). Differences in Family Policies and the Intergenerational Transmission of Divorce: A Comparison between the former East and West Germany. *Demographic Research*, *6*, 295-324.
- Feng, D., Giarrusso, R., Bengtson, V., & Frye, N. (1999). Intergenerational transmission of marital quality and marital instability. *Journal of Marriage and Family*, *61*, 451-463.
- Fernandes, E. (2000). *Psicologia da Realização Humana*. Aveiro: Edipanta.
- Ferreira, A. J. (1981). Les Mythes Familiaux. In P. Watzlawick & J. Weakland (Eds.), *Sur L'interaction* (pp. 83-91). Paris: Seuil.
- Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS* (3 ed.). London: SAGE.
- Fisher, H. E. (1992). *A Anatomia do Amor*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fisher, H. E., Aron, A., & Brown, L. L. (2006). Romantic love: a mammalian brain system for mate choice. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences*, *361*(1476), 2173-2186.
- Freud, S. (1972). *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Gagnon, M. D., Hersen, M., Kabacoff, R. I., & Van Hasselt, V. B. (1999). Interpersonal and psychological correlates of marital dissatisfaction in late life: a review. *Clinical Psychology Review*, *19*, 359-378.
- Gähler, M., Hong, Y., & Bernhardt, E. (2009). Parental Divorce and Union Disruption Among Young Adults in Sweden. *Journal of Family Issues*, *30*, 688-713.

- Gameiro, J. (1992). *Voando Sobre a Psiquiatria*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gameiro, J. (2001). *Os Meus, os Teus e os Nossos* (2 ed.). Lisboa: Terramar.
- Geary, D. C., Vigil, J., & Byrd-Craven, J. (2004). Evolution of human mate choice. *Journal of Sex Research, 41*, 27-42.
- Gleitman, H. (1999). *Psicologia* (4 ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Glenn, N. D., & Kramer, K. B. (1987). The Marriages and Divorces of the Children of Divorce. *Journal of Marriage and Family, 49*, 811-825.
- Glick, P. C. (1977). Updating the Life Cycle of the Family. *Journal of Marriage and Family, 39*, 5-13.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T., & Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology, 17*, 327-338.
- Gottman, J. M., & Notarius, C. I. (2000). Decade Review: Observing Marital Interaction. *Journal of Marriage and Family, 62*, 927-947.
- Grinberg, L., & Grinberg, R. (1998). *Identidade e Mudança*. Lisboa: Climepsi.
- Guéguen, N. (1999). *Manual de Estatística para Psicólogos*. Lisboa: Climepsi.
- Guidano, V. (1987). *Complexity of the Self: A Developmental Approach to Psychopathology and Therapy*. New York: Guilford.
- Haley, J. A. (1967). Speech Sequences of Normal and Abnormal Families With Two Children Present. *Family Process, 6*, 81-97.
- Hare, A. L., Miga, E. M., & Allen, J. P. (2009). Intergenerational transmission of aggression in romantic relationships: the moderating role of attachment security. *Journal of Family Psychology, 23*, 808-818.

- Härkönen, J., & Dronkers, J. (2006). Stability and Change in the Educational Gradient of Divorce. A Comparison of Seventeen Countries. *European Sociological Review*, 22, 501-517.
- Haskey, J. (1996). The proportion of married couples who divorce: past patterns and current prospects. *Population Trends*, 83, 25-36.
- Hautamäki, A., Hautamäki, L., Neuvönen, L., & Maliniemi-Piispanen, S. (2010). Transmission of attachment across three generations: Continuity and reversal. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 15, 347-354.
- Hendrick, C., & Hendrick, S. (1986). A theory and method of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 392-402.
- Hetherington, E. M., Bridges, M., & Insabella, G. M. (1998). What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. *American Psychologist*, 53, 167-184.
- Hetherington, E. M., Stanley-Hagan, M., & Anderson, E. R. (1989). Marital transitions. A child's perspective. *American Psychologist*, 44, 303-312.
- Heyman, R. E. (2001). Observation of couple conflicts: clinical assessment applications, stubborn truths, and shaky foundations. *Psychological Assessment*, 13, 5-35.
- Hill, R. (1949). *Family under stress*. New York: Harper.
- Javo, I. M., & Sørli, T. (2010). Psychosocial characteristics of young Norwegian women interested in liposuction, breast augmentation, rhinoplasty, and abdominoplasty: a population-based study. *Plastic and Reconstructive Surgery*, 125, 1536-1543.
- Jeckel, C. M., Lopes, R. P., Berleze, M. C., Luz, C., Feix, L., Argimon, I. I. *et al.* (2010). Neuroendocrine and immunological correlates of chronic stress in 'strictly healthy' populations. *Neuroimmunomodulation*, 17, 9-18.

- Jockin, V., McGue, M., & Lykken, D. T. (1996). Personality and divorce: a genetic analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*, 288-299.
- Johnson, J. H., & Harris, W. G. (1980). Personality and behavioral characteristics related to divorce in a population of male applicants for psychiatric evaluation. *Journal of Abnormal Psychology, 89*, 510-513.
- Johnson, W., McGue, M., & Krueger, R. F. (2005). Personality stability in late adulthood: a behavioral genetic analysis. *Journal of Personality, 73*, 523-552.
- Kalmijn, M., & Poortman, A. R. (2006). His or Her Divorce? The Gendered Nature of Divorce and its Determinants. *European Sociological Review, 22*, 201-214.
- Karasu, S. R. (2007). The institution of marriage: terminable or interminable? *American Journal of Psychotherapy, 61*, 1-16.
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: a review of theory, method, and research. *Psychological Bulletin, 118*, 3-34.
- Kelley, H., & Thibaut, J. (1978). *Interpersonal Relations: A Theory of Interdependence*. New York: John Wiley & Sons.
- Kelly, E. L., & Conley, J. J. (1987). Personality and compatibility: a prospective analysis of marital stability and marital satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology, 52*, 27-40.
- Kiernan, K. E., & Cherlin, A. J. (1999). Parental Divorce and Partnership Dissolution in Adulthood: Evidence from a British Cohort Study. *Population Studies, 53*, 39-48.
- Koch, P. B., Mansfield, P. K., Thureau, D., & Carey, M. (2005). "Feeling frumpy": the relationships between body image and sexual response changes in midlife women. *Journal of Sex Research, 42*, 215-223.

- Kochanska, G., Philibert, R. A., & Barry, R. A. (2009). Interplay of genes and early mother-child relationship in the development of self-regulation from toddler to preschool age. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, *50*, 1331-1338.
- Kramer, J. R. (1985). *Family Interfaces: Transgenerational Patterns*. New York: Brunner/Mazel.
- Kretchmar, M. D., & Jacobvitz, D. B. (2002). Observing mother-child relationships across generations: boundary patterns, attachment, and the transmission of caregiving. *Family Process*, *41*, 351-374.
- Kubler-Ross, E. (1969). *On Death and Dying*. London: Routledge.
- Lacan, J. (1987). *A Família*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Laplanche, J. (1997). The Theory Of Seduction And The Problem Of The Other. *International Journal of Psychoanalysis*, *78*, 653-666.
- Lee, J. A. (1973). *Colours of love: an exploration of the ways of loving [by] John Alan Lee*. Toronto, New Press.
- Lee, J. A. (1988). Love Styles. In M. Barnes & R. Sternberg (Eds.), *The Psychology of Love* (pp. 38-67). New Haven: Yale University Press.
- Lévi-Strauss, C. (1949). *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Levinger, G. (1976). A Social Psychological Perspective on Marital Dissolution. *Journal of Social Issues*, *32*, 21-47.
- Levitt, M., Coffman, S., Guacci-Franco, N., & Loveless, S. (1994). Attachment Relationships and Life Transition - An Expectancy Model. In M. Sperling & W. Berman (Eds.), *Attachment in Adults - Clinical and Developmental Perspectives* (pp. 232-255). New York: Guilford Press.
- Levy, K. N., & Kelly, K. M. (2010). Sex differences in jealousy: a contribution from attachment theory. *Psychological Science*, *21*, 168-173.

- Lichter, E. L., & McCloskey, L. A. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 344-357.
- Lykken, D. T., McGue, M., Tellegen, A., & Bouchard, T. J., Jr. (1992). Emergenesis. Genetic traits that may not run in families. *American Psychologist*, 47, 1565-1577.
- Lyngstad, T. H., & Engelhardt, H. (2009). The influence of offspring's sex and age at parents' divorce on the intergenerational transmission of divorce, Norwegian first marriages 1980-2003. *Population Studies*, 63, 173-185.
- Main, M. (1996). Introduction to the special section on attachment and psychopathology: 2. Overview of the field of attachment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 237-243.
- McGoldrick, M., & Carter, B. (2001). Advances in coaching: family therapy with one person. *Journal of Marital and Family Therapy*, 27, 281-300.
- McGue, M., & Lykken, D. T. (1992). Genetic Influence on Risk of Divorce. *Psychological Science*, 3, 368-373.
- McLanahan, S., & Bumpass, L. (1988). Intergenerational consequences of family disruption. *American Journal of Sociology*, 94, 130-152.
- McNulty, J. K., Neff, L. A., & Karney, B. R. (2008). Beyond initial attraction: physical attractiveness in newlywed marriage. *Journal of Family Psychology*, 22, 135-143.
- Mearns, J. (1991). Coping with a breakup: negative mood regulation expectancies and depression following the end of a romantic relationship. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 327-334.
- Menezes, I. (1989). Desenvolvimento no Contexto Familiar. In B. Campos (Ed.), *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp. 51-91). Lisboa: Universidade Aberta.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Minuchin, S., & Fishman, H. (1981). *Family Therapy Techniques*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Mueller, D. P., & Cooper, P. W. (1986). Children of Single Parent Families: How They Fare as Young Adults. *Family Relations*, 35, 169-176.
- Peat, J., & Barton, B. (2005). *Medical statistics: a guide to data analysis and critical appraisal*. London: Blackwell Publishing.
- Peck, J., & Manocherian, J. (1995). O Divórcio nas Mudanças do Ciclo de Vida Familiar. In B. Carter, M. McGoldrick, & colaboradores (Eds.), *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar - Uma Estrutura para a Terapia Familiar* (pp. 291-320). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de Dados para as Ciências Sociais* (3 ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pistole, M. C. (1989). Attachment in Adult Romantic Relationships: Style of Conflict Resolution and Relationship Satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 6, 505-510.
- Pluess, M., & Belsky, J. (2011). Prenatal programming of postnatal plasticity? *Development and Psychopathology*, 23, 29-38.
- Pope, H., & Mueller, C. W. (1976). The Intergenerational Transmission of Marital Instability: Comparisons by Race and Sex. *Journal of Social Issues*, 32, 49-66.
- Powell, B., & Downey, D. B. (1997). Living in Single-Parent Households: An Investigation of the Same-Sex Hypothesis. *American Sociological Review*, 62, 521-539.
- Rankin-Esquer, L. A., Burnett, C. K., Baucom, D. H., & Epstein, N. (1997). Autonomy and relatedness in marital functioning. *Journal of Marital and Family Therapy*, 23, 175-190.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2000). *Por Detrás do Espelho*. Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.

- Ribeiro, M., Sampaio, D., & Amaral, J. (1991). *Que Divórcio? Aspectos Psicológicos, Sociais e Jurídicos*. Lisboa: Edições 70.
- Rodgers, R. H. (1973). *Family Interaction and Transaction: The Development Approach*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Rothbaum, F., Rosen, K., Ujiie, T., & Uchida, N. (2002). Family systems theory, attachment theory, and culture. *Family Process, 41*, 328-350.
- Roussel, L. (1989). *La Famille Incertaine*. Paris: Odile Jacob.
- Ryan, S., Franzetta, K., Schelar, E., & Manlove, J. (2009). Family Structure History: Links to Relationship Formation Behaviors in Young Adulthood. *Journal of Marriage and Family, 71*, 935-953.
- Sabatelli, R. M., & Bartle-Haring, S. (2003). Family-of-Origin Experiences and Adjustment in Married Couples. *Journal of Marriage and Family, 65*, 159-169.
- Sampaio, D. (2001). *Inventem-se Novos Pais*. Lisboa: Caminho.
- Sanders, M. R., Kim Halford, W., & Behrens, B. C. (1999). Parental divorce and premarital couple communication. *Journal of Family Psychology, 13*, 60-74.
- Schneiderman, G., & Barrera, M. (2009). Family traditions and generations. *Family and Community Health, 32*, 354-357.
- Schudlich, T. D. D., Shamir, H., & Cummings, E. M. (2004). Marital Conflict, Children's Representations of Family Relationships, and Children's Dispositions Towards Peer Conflict Strategies. *Social Development, 13*, 171-192.
- Shah, P. E., Fonagy, P., & Strathearn, L. (2010). Is attachment transmitted across generations? The plot thickens. *Clinical Child Psychology and Psychiatry, 15*, 329-345.
- Siegel, D. J. (1999). *The Developing Mind: Toward a Neurobiology of Interpersonal Experience*. New York: Guilford Press.

- Simpson, J. A., Rholes, W. S., Campbell, L., Tran, S., & Wilson, C. L. (2003). Adult attachment, the transition to parenthood, and depressive symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 1172-1187.
- Singh, D. (2004). Mating strategies of young women: Role of physical attractiveness. *Journal of Sex Research, 41*, 43-54.
- Skinner, R., & Cleese, J. (1990). *Famílias e Como (Sobre) Viver Com Elas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência*. Braga: Universidade do Minho.
- Štastná, A. (2007). The intergenerational transmission of divorce behaviour - The example of Czech Republic and an international comparison. *Czech Demography, 1*, 49-60.
- Sternberg, R. (1986). A triangular theory of love. *Psychological Review, 93*, 119-135.
- Teachman, J. D. (2002). Childhood Living Arrangements and the Intergenerational Transmission of Divorce. *Journal of Marriage and Family, 64*, 717-729.
- Thomas, J. C., & Hersen, M. (2011). *Understanding Research in Clinical and Counseling Psychology* (2 ed.). London: Routledge.
- Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal - Ditos e Interditos*. Oeiras: Celta.
- Wagner, M., & Weiß, B. (2006). On the Variation of Divorce Risks in Europe: Findings from a Meta-Analysis of European Longitudinal Studies. *European Sociological Review, 22*, 483-500.
- Wampler, K. S., Shi, L., Nelson, B. S., & Kimball, T. G. (2003). The Adult Attachment Interview and observed couple interaction: implications for an intergenerational perspective on couple therapy. *Family Process, 42*, 497-515.
- Wang, H., & Amato, P. R. (2000). Predictors of Divorce Adjustment: Stressors, Resources, and Definitions. *Journal of Marriage and Family, 62*, 655-668.

- Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1993). *Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo dos Padrões e Paradoxos da Interação* (9 ed.). São Paulo: Editora Cultrix.
- Weiss, R. (1982). Attachment in Adult Life. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The Place of Attachment in Human Behavior* (pp. 171-184). New York: Basic Books.
- Wolfinger, N. H. (1999). Trends in the intergenerational transmission of divorce. *Demography*, 36, 415-420.
- Wolfinger, N. H. (2005). *Understanding the Divorce Cycle: The Children of Divorce in Their Own Marriages*. New York: Cambridge University Press.
- Wolfinger, N. H. (2003). Family structure homogamy: The effects of parental divorce on partner selection and marital stability. *Social Science Research*, 32, 80-97.

Anexo 1

Questionário sócio-demográfico e Escala de Motivos de Divórcio

QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se a um estudo académico que pretende explorar o modo como certas características dos pais influenciam a percepção dos filhos sobre as relações conjugais. Todas as respostas são **confidenciais** pelo que agradecemos resposta **o mais sinceramente possível**.

- ✓ Por favor, não se identifique
- ✓ Se necessário releia com atenção cada questão
- ✓ Por favor, certifique-se que respondeu a todas as questões

No final, coloque o questionário dentro do envelope branco fornecido, feche-o e devolva-o sem se identificar. Obrigado pela sua participação!

Dados sócio-demográficos

SEXO: M F

SITUAÇÃO CONJUGAL: CASADO / EM UNIÃO

DIVORCIADO /

SEPARADO

9º ANO 12º ANO ENSINO SUPERIOR

IDADE:

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

IDADE DO SEU PRIMEIRO EMPREGO:

IDADE DA SUA PRIMEIRA RELAÇÃO CONJUGAL:

COMO CARACTERIZA A SUA PRIMEIRA RELAÇÃO CONJUGAL QUANTO AO NÍVEL DE CONFLITO PREDOMINANTE?

CONFLITO / DESGASTE BAIXO

CONFLITO / DESGASTE MÉDIO

CONFLITO / DESGASTE ELEVADO

SIM NÃO

OS SEUS PAIS DIVORCIARAM-SE / SEPARARAM-SE?

COMO CARACTERIZA A RELAÇÃO CONJUGAL DOS SEUS PAIS QUANTO AO NÍVEL DE CONFLITO PREDOMINANTE?

CONFLITO / DESGASTE BAIXO

CONFLITO / DESGASTE MÉDIO

CONFLITO / DESGASTE ELEVADO

Apresentam-se de seguida DEZ das causas de divórcio mais frequentemente assinaladas na literatura. Classifique, por favor, O GRAU DE IMPORTÂNCIA que atribui a cada uma para um processo de divórcio / separação.

GRAU DE IMPORTÂNCIA

	<i>Nenhuma</i>	<i>Pouca</i>	<i>Média</i>	<i>Muita</i>	<i>Toda</i>
INDEPENDÊNCIA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
QUESTÕES ECONÓMICAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ASPECTOS FÍSICOS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CIÚMES	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FALTA DE AMOR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
INFIDELIDADE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FALTA DE DIÁLOGO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PROBLEMAS SEXUAIS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
INSEGURANÇA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VIOLÊNCIA FAMILIAR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo 2

Escala de Vinculação do Adulto (EVA)